



**Câmara Municipal  
de Oeiras**

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023**

**ATA NÚMERO VINTE E CINCO/DOIS MIL E VINTE E TRÊS**

**ÍNDICE**

- 1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**
- 2 - PROPOSTA Nº. 866/23 - DMOGAH - PLANO ESTRATÉGICO DA EMPRESA PARQUES TEJO, E.M. 2023/2026**
- 3 - PROPOSTA Nº. 867/23 - GCAJ - PARQUES TEJO, E.M. - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO NO DOMÍNIO DA ORGANIZAÇÃO, PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO DAS REDES E LINHAS DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, NO QUE SE REFERE ESPECIFICAMENTE AO PROJETO SATUO**
- 4 - PROPOSTA Nº. 869/23 - GCAJ - PARQUES TEJO, E.M. - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO NO DOMÍNIO DAS CONTRAORDENAÇÕES RODOVIÁRIAS**
- 5 - PROPOSTA Nº. 872/23 - DPOC - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO ANO DE 2023 A LIQUIDAR EM 2024**
- 6 - PROPOSTA Nº. 873/23 - DPOC - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2024**
- 7 - PROPOSTA Nº. 874/23 - DPOC - LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2023 A SER COBRADA EM 2024**
- 8 - PROPOSTA Nº. 875/23 - DPOC - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP)**
- 9 - DECLARAÇÕES DE VOTO**

## **10 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**



Câmara Municipal  
de Oeiras

-----ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2023 ----

----- ATA NÚMERO VINTE E CINCO/DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

----- Aos dezoito dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Oeiras, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu extraordinária e devidamente convocada para o efeito a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vice-Presidente Doutor Emanuel Francisco dos Santos Rocha de Abreu Gonçalves e Vereadores, Doutora Joana Micaela Salvador Baptista, Professor Doutor Pedro Manuel Freire Patacho, Doutora Ana Filipa Laborinho da Fonseca, Doutor Armando Agria Cardoso Soares, Doutora Teresa Alexandra de Matos Santos Simões Vaz de Bacelar, Doutora Susana Isabel Costa Duarte, Doutor Nuno Ricardo Ribeiro de Almeida Neto, Doutora Carla Alexandra Orvalho da Silva Castelo e Doutora Carla Cristina Teixeira Rocha.-----

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:-----**

----- Às catorze horas e dezassete minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respetiva ordem de trabalhos que foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo. -----

**2 - PROPOSTA Nº. 866/23 - DMOGAH - PLANO ESTRATÉGICO DA EMPRESA PARQUES TEJO, E.M. 2023/2026:-----**

----- I - Relativamente ao Plano Estratégico o **Professor Figueiredo de Sousa** começou por dizer: - -----

----- “Aquilo que o Plano defende de acordo com os novos Estatutos da Parques Tejo em adaptar aquilo que são as suas ações, portanto, definir uma estratégia articulada com a política da Câmara, nomeadamente com o Plano de Mobilidade Sustentável de Oeiras, que está em fase de

aprovação final e sujeito a discussão pública. -----

-----Havia aqui dois momentos importantes, os novos estatutos da Parques Tejo conferindo-lhe mais competência e, sobretudo, mudando um novo contexto, alterando aquilo que era uma filosofia orientada para o estacionamento, para o controlo do estacionamento e a taxaço do estacionamento, transformando-a numa empresa de gestão da mobilidade, apoiando a Câmara na gestão da mobilidade definindo, no fundo, e implementando soluções de mobilidade urbana, em articulação com aquilo que é política da Câmara. -----

-----Neste quadro havia novas competências da Parques Tejo e um plano de mobilidade com uma série de medidas e ações que devem ser implementadas ao longo do Plano Estratégico da Parques Tejo, que no fundo contempla isto.-----

-----Como já tiveram oportunidade de ver tem uma primeira fase que é o diagnóstico do Concelho, quer no que se refere à mobilidade, quer no que se refere ao estacionamento, quer no que se refere àquilo que são as políticas de mobilidade e também um diagnóstico interno da empresa, ou seja, sobre as condicionantes da Parques Tejo, os recursos humanos e a gestão da empresa. ---

-----Ao nível da estratégia, foi definido uma série de prioridades na área da gestão da mobilidade, na área do estacionamento tarifado definindo concretamente as preocupações do estacionamento das áreas residenciais e das áreas comerciais e, sobretudo, articulando sempre com o Plano de Mobilidade Sustentável de Oeiras, ou seja, daquilo que são os grandes eixos que estão devidamente articulados com o Plano de Mobilidade Sustentável de Oeiras e depois há uma série de objetivos e de eixos que são transversais a todos, ao da micro mobilidade, ao do estacionamento, ao do “bikesharing”, no fundo, no desenvolvimento de uma rede de corredores, uma rede ciclável, fechando aquilo que eram pequenos eixos de via e transformado numa verdadeira rede ciclável, tudo isto está perfeitamente identificado no plano e depois eixos transversais que dizem respeito àquilo que é a capacitação da Parques Tejo com a gestão interna da empresa com a inovação, o desenvolvimento de aplicações, os recursos humanos, se nós



Câmara Municipal  
de Oeiras

formos ver muitas das metas ou dos indicadores que já lá estão a Parques Tejo já tem vindo muito rapidamente a executá-los, quer da gestão, quer de algumas das medidas do plano.-----

----- A terminar, há de facto, uma mudança de paradigma muito grande que é passar da gestão do estacionamento tarifado e da tarifação, há esta preocupação para a gestão da mobilidade urbana no Concelho devidamente articulado com aquilo que é a política do Município, no fundo, com uma nova capacidade de intervenção e de implementação destas medidas.”- -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** frisou:-----

----- “Relativamente ao Plano de Ação que a Parques Tejo aqui nos apresenta, desde logo, o Partido Socialista tem uma questão que tem que ver com a terminologia utilizada relativamente a como é que a Parques Tejo se vai posicionar, porque no Plano diz o seguinte: “...A ideia é constituir a Parques Tejo como Autoridade de Transportes do Concelho de Oeiras...”.-----

----- Nós já na Assembleia Municipal tínhamos pedido este esclarecimento, o Senhor Presidente tinha-nos dito que não seria a Parques Tejo a Autoridade de Transportes, se de facto, não é essa a ideia, o Partido Socialista propunha que fosse utilizada outra terminologia no documento, porque nós consideramos que tendo isto escrito desta forma não poderemos validar este documento, embora no que é o essencial que vem determinado, nós não encontramos algo que nos cause dificuldade. -----

----- Outra questão que também temos relativamente a este plano, é que nós consideramos que antes de estarmos a votar estes planos e aquilo que são estas competências a transferir para a Parques Tejo, deveria ter sido apresentado, ao Executivo do Município, o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, que já tinha vindo o ano passado à Câmara, foi para consulta pública, que já terminou. - -----

----- Em primeiro lugar gostaríamos de poder discutir a estratégia, o chapéu da área da mobilidade, dos transportes e da acessibilidade no Concelho de Oeiras e depois então debaixo

desse chapéu, que é o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável e o Plano de Acessibilidades discutirmos e termos aqui estes documentos para aprovar.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** mencionou: -----

-----“Relativamente a este Plano Estratégico, a Parques Tejo é uma empresa fundamental para o desenvolvimento, não só dos transportes, mas também da mobilidade em Oeiras, julgamos que a apresentação deste plano é fundamental, contudo, ao analisar o próprio plano também me surgiram duas dúvidas, nomeadamente, naquilo que foi expresso na análise “swot” nos seus pontos fracos que refere e compreendemos a imagem da empresa ainda associada à fiscalização de estacionamento e cobrança de multas e este é um tema que o PSD tem levantado em outras reuniões, questionamos quais as propostas de resolução para esta alteração de imagem menos abonatória da própria empresa. -----

-----Relativamente àquilo que são as ameaças e vem também um pouco ao encontro daquilo que a Vereadora Ana Filipa Laborinho questionou, passo a citar, exigências aqui como ameaças, apareceu exigências de articulação com a Câmara Municipal e outros atores públicos e privados.-----

-----Questionamos se a Câmara Municipal não deveria ser vista como uma aliada da Parques Tejo. -----

-----No resto do documento parece-nos não fazer sentido algumas terminologias que podem estar em dificuldade de articulação no documento. -----

-----Apesar disso, o PSD destaca o facto da empresa economicamente estar sólida, saudável, propondo-se a cumprir orientações e metas de mobilidade sustentável, alinha com o Acordo de Paris, com a estratégia a longo prazo para o clima, o pacto ecológico de transportes, a estratégia de mobilidade inteligente, a Lei de Bases do Clima, a visão Zero, Vinte, Trinta, assim como a estratégia nacional para a mobilidade ativa, ciclável e a estratégia nacional para a mobilidade ativa pedonal. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- É igualmente relevante destacar também o objetivo que aposta no reforço da oferta de estacionamento em parque e que se pretende assim reduzir a ocupação de espaço público para reafecção a espaço-canal, não só para modos suaves, como outras funções urbanas, o que concordamos plenamente. -----

----- Também em consonância com aquilo que é o objetivo de adequar oferta de transportes públicos a estas necessidades e assim reforçar a intermodalidade do sistema de transportes. -----

----- Achamos que estas duas propostas e objetivos do plano em conjunto também podem ajudar a mudar o paradigma da mobilidade em Oeiras.” -----

----- **A Senhora Vereadora Carla Castelo** aludiu: -----

----- “A Parques Tejo é uma empresa muito importante e nós prezamos muito a função de gestão da mobilidade urbana que a empresa tem, só que infelizmente a empresa padece de um problema, que é querer ter políticas de mobilidade atuais e alinhadas com aquilo que é a lei do clima, com aquilo que são as metas europeias e nacionais de redução de emissões, etc., e depois estar dependente de um Município cujo Executivo continua realmente a privilegiar o automóvel e quando é assim continuamos a ter a tal pirâmide das prioridades, perfeitamente ao contrário, e temos o estacionamento automóvel no topo da pirâmide, quando na realidade devíamos ter a mobilidade ativa, a pedonalidade, os meios cicláveis e o transporte público, aí sim, com o investimento e com toda a importância que devem ter para conseguirmos reduzir o tal uso excessivo do automóvel, mas continuamos a ter na base dessa pirâmide o esforço todo para dar mais condições para a utilização do carro, quer em novas rodovias, quer em expansão de rodovias, quer em estacionamento. -----

----- Este Plano Estratégico padece desde logo de um problema de coerência, porque se por um lado, diz coisas bastante alinhadas e com as quais nós concordamos, por outro, sofre aqui de insanáveis contradições por privilegiar o automóvel particular. -----

-----Também lamentamos que sobre a mobilidade e que já foi a consulta pública, que é o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, ainda não tenha voltado à Câmara já com a incorporação dos contributos que foram dados e para termos realmente uma visão global daquilo que são as políticas do Município na área da mobilidade.”-----

-----A **Senhora Vereadora Joana Baptista** disse o seguinte: -----

-----“Eu não estive presente na última reunião onde estas propostas foram adiadas, mas congratulo a presença da Administração da Parques Tejo, do Professor Figueiredo de Sousa, que tem sido aliado e um parceiro estratégico do Município e da Parques Tejo.-----

-----Pegando em algumas questões que foram introduzidas pelas Senhoras Vereadoras no seu conjunto dizer que desde setembro de dois mil e vinte e um, quando se iniciou este novo mandato de mais um ciclo político, que estamos ferozmente numa saga de alterar a mobilidade em Oeiras, mas a mobilidade em Oeiras sofre de um problema de vasos comunicantes, daquilo que é a sua centralidade numa grande Lisboa e todos nós sabemos o que é hoje a hora de ponta de manhã e à tarde. -----

-----A hora de ponta cada vez é maior, a hora de ponta agora é entre as sete e as dez da manhã ou entre as quatro e meia e as sete horas da tarde, mas esse é um problema que tem que ser resolvido não só em Oeiras, mas em Oeiras de forma articulada e de forma estratégica com os concelhos vizinhos, designadamente com o Concelho de Lisboa, mas isto para vos dizer que, de facto, o paradigma da mobilidade em Oeiras está a mudar e a mudar de acordo com aquilo que é a estratégia do Município. -----

-----Ora, quando temos um Plano Estratégico da Parques Tejo, esse plano estratégico bebe daquilo que são as premissas políticas do Município que foram o nosso programa eleitoral sufragado em dois mil e vinte e um e sufragado em dois mil e dezassete, portanto, total coerência, ou seja, na Parques Tejo temos um braço armado daquilo que são as estratégias de mobilidade do Município e não podia ser de outra forma, portanto, não poderia haver coerência



Câmara Municipal  
de Oeiras

com aquilo que é o programa do Evoluir, é óbvio, não foi o Evoluir que ganhou eleições, foi o INOV.-----

----- Este Plano Estratégico não padece de nada, é um programa e um plano estratégico fortalecido, até porque a Parques Tejo vocacionada para este ecossistema de mobilidade que começou no passado só com o estacionamento tarifado, hoje em dia, o que o Município quer e pretende da Parques Tejo é muito além do estacionamento, é que a Parques Tejo trabalhe todo o ecossistema de mobilidade apresentado no início do ano no Plano de Mobilidade Urbana Sustentável, que virá à próxima reunião de Câmara, após a discussão pública. -----

----- Trata-se de um plano muito forte, ainda ontem o Senhor Presidente numa conferência na CNN dizia que não é possível construir habitação nas orelhas dos políticos, eu também não consigo construir novas vias ou pôr o transporte coletivo aqui nas orelhas dos políticos, eu tenho que pôr o transporte coletivo em novas vias, as novas vias fazem-se em terreno, eu não consigo também fazer novas vias sem betuminoso, não sei, digam-me novas soluções construtivas, talvez a Vereadora Carla Castelo tenha novidades para apresentar nesta reunião de Câmara, eu para já não tenho, o que eu posso dizer é que este plano assenta coerentemente em maior oferta de transporte coletivo, mas para isso é fundamental construirmos novas vias para aí haver corredores delicados para que haja mais parques de estacionamento, para que as pessoas possam estacionar os seus carros de forma confortável, segura, para se dirigirem para o transporte coletivo, para que as cidades possam ser libertas do transporte individual a bem das pessoas, para que se possa também privilegiar os modos suaves e tudo isto está em coerência.-----

----- Em todas as reuniões de Câmara eu dou conhecimento à Câmara, porque tenho tido esse cuidado, em dizer as reuniões que temos tido com Sintra ao nível do SATUO, com a TIS, com Lisboa ao nível do LIOS, do BRT, vejam o cuidado que este Executivo tem de forma frontal e transparente em dizer todas as reuniões que tem e reparem todas as reuniões que têm e que promove.-- -----

-----Oeiras não está à espera de Lisboa, Oeiras não está à espera de Sintra ou da Amadora, Oeiras promove estas reuniões, Oeiras promove constantemente reuniões com as Infraestruturas de Portugal, com a CP, Oeiras não anda a reboque, Oeiras é o centro e pretende-se que lidere políticas. -----

-----É com coerência, com tranquilidade e com satisfação que eu hoje como Vereadora da Mobilidade apresento este plano e sinto satisfação naquilo que são os próximos anos da mobilidade de Oeiras dentro daquilo que é um contexto urbano da Área Metropolitana de Lisboa.” --- -----

-----O **Senhor Vice-Presidente** referiu:-----

-----“Começo por elogiar a Parques Tejo pelo trabalho realizado, o Gabinete de Contencioso e o DMOGAH sobre o Plano Estratégico da Parques Tejo. -----

-----Há alguns anos nós tivemos uma reunião com a Administração da que é uma empresa pequenina de Linda-a-Velha sobre quais eram as necessidades que a empresa sentia e as condições que precisava para continuar a manter-se no Concelho de Oeiras. -----

-----Ora, a OutSystems para quem não conhece, é um unicórnio português, é uma grande empresa nascida de uma garagem de Linda-a-Velha, que continua em Linda-a-Velha, não por alguma ligação especial ao Concelho, claro que gostam de estar aqui, vivem quase todos cá, mas sobretudo, por questões de mobilidade, questões de circulação ,já viram lugares fora do Concelho de Oeiras, mas entendem que estão numa posição central próxima o suficiente junto dos clientes que são importantes e próximos o suficiente para poderem fazer as reuniões que no seu quotidiano fazem, estranhamente esta empresa apesar de ser líder mundial tecnológica também tem que se deslocar e não fazem só reuniões por Webex ou outro tipo de reuniões. -----

-----A mobilidade apesar de viver de acordo com determinados princípios concretiza-se na realidade ou serve ou não serve as pessoas e as comunidades. -----

-----Nós podemos ter ambições extraordinárias de circulação pedonal até para as pessoas



Câmara Municipal  
de Oeiras

fazerem setenta mil passos por dia, para poderem chegar em quinze minutos a todos os sítios que necessitem, mas a vida não se faz disso, nós podemos querer reduzir a circulação automóvel, mas haverá sempre automóveis a circular. -----

----- Ainda ontem tive uma reunião com um quadro superior da Associação Nacional de Jovens Empresários que me procurou exatamente para falar disso, sobre a saída de muitas empresas associados deles de Lisboa por falta de estacionamento, por questões relacionadas com mobilidade e consideravam que a perspetiva de Oeiras era uma vantagem competitiva. -----

----- Ora, pode ser entendido como uma coisa negativa por alguns, mas nós não vivemos no etéreo, nem vivemos apenas de sonho e da oferta de um modelo alternativo, porque nós temos necessidades concretas para cumprir. -----

----- Temos necessidades concretas de quem aqui vive, de quem aqui trabalha, de quem é que investe e são essas necessidades que nós temos que cumprir. -----

----- Não podemos deixar de ter o tecido empresarial que temos, porque pura e simplesmente não queremos que tenham parque de estacionamento, vão para um sítio onde tenham parque de estacionamento, o mundo não é assim, o mundo não vive assim. -----

----- As alternativas de mobilidade sustentáveis, é claro que são centrais para a vida do Século Vinte e Um, mas o mundo não pode andar de revolução em revolução, o mundo é para pessoas e para pessoas reais, não é para o meu grupo de amigos, o grupo de amigos de alguns, não é para agremiações associativas, é para servir comunidades e, lamentavelmente, para algumas dessas perspetivas as pessoas na sua vida real têm que ver cumpridas as suas necessidades. -----

----- Se há queixa que chega ao Município é da falta dos lugares de estacionamento, é claro que nós podemos dizer às pessoas, vocês têm essa dificuldade, pois nós entendemos que vocês não devem de ter automóvel, vão para outro sítio, querem estacionamento? -----

----- Aqui não, aqui não é lugar para estacionar. -----

-----No Concelho de Oeiras se quiser comprar uma bicicleta daquelas desmontáveis, de preferência, vai de bicicleta até ao comboio, que perdeu vinte milhões de utilizadores nas últimas duas décadas, vai de bicicleta até ao comboio e depois vá de comboio até Lisboa, se precisar de ir até um sítio qualquer, apesar da Administração Central só há cerca de quatro anos ter transferido para os Municípios e só no ano passado a responsabilidade concreta dos Municípios na área dos transportes coletivos, particularmente intermunicipais, apesar de tudo isso, isto é o que nós temos para lhe oferecer, uma mão cheia de nada, mas temos muitas ambições, sonhamos com um universo paralelo, mas nós não podemos dar essas respostas às pessoas, nós temos de ter respostas para quem servimos.-----

-----Este Plano Estratégico e a Parques Tejo respondem a pessoas e respondem a necessidades concretas de uma comunidade, a de agora e a que se perspectiva, não podem responder a uma comunidade etérea qualquer sonhada ou ambicionada, é o ajustado neste momento, e é isto que nós precisamos de ter.”-----

-----O **Senhor Presidente** referiu:-----

-----“Uma nota, julgo que corretiva, relativamente a conceitos, quando aqui se fala em Autoridade de Transporte, bom, a Autoridade de Transporte no Município de Oeiras foi delegada na Área Metropolitana de Lisboa, o que não significa que, do ponto de vista da operação interna a Câmara Municipal tenha que o fazer, até porque Autoridade da Mobilidade e dos Transportes para a Câmara operar o “shuttle” precisa de dar essa responsabilidade à Parques Tejo, portanto, quando se fala aqui em autoridade de transporte tem a ver essencialmente com a autoridade operar com o transporte, com o “shuttle”, não tem a ver com a autoridade no sentido da palavra, a Autoridade de Transporte é a Câmara Municipal que por sinal delegou na Área Metropolitana de Lisboa. ------

-----Relativamente à política de mobilidade do Concelho, não deixa de ser curioso que haja quem queira distinguir Parques Tejo e Câmara Municipal, não há diferença nenhuma, a



Câmara Municipal  
de Oeiras

Parques Tejo é Município como a Câmara Municipal. -----

----- A Parques Tejo é uma entidade criada pelo Município para servir as políticas e as estratégias do Município, portanto, não há como já foi aqui dito, qualquer incoerência nessa matéria. --- -----

----- A Parques Tejo é uma ferramenta fundamental para concretizar no terreno aquilo que é a estratégia da mobilidade e transportes, no que aos transportes diga respeito naquilo que, no fundo, são as orientações da Câmara Municipal. -----

----- Portanto, dizer que é uma empresa que está prisioneira do Município que, por sua vez, é prisioneiro com o estacionamento e não tem políticas de combate às alterações climáticas, sobre essa matéria, devo dizer que a Câmara Municipal de Oeiras está perfeitamente engajada com o Plano Nacional de Políticas de Combate às Alterações Climáticas, está perfeitamente engajada ao Plano Metropolitano de Combate às Alterações Climáticas e temos o nosso plano de ação, que estará em breve a ser apresentado. -----

----- Por outro lado, não deixa de ser interessante que a Câmara de Oeiras continua a ser o Município com mais prémios na área da sustentabilidade e do combate às alterações climáticas a nível nacional, o que significa que há aqui um desfasamento qualquer. -----

----- Por outro lado, estamos a cumprir o nosso programa eleitoral, de maneira que, o princípio da teoria dos jogos e aquela história da soma zero não se aplica assim tão simplesmente, não é para tirar a uns e dar tudo a outros e outros ficarem sem nada, em política e em democracia é assim. -----

----- Há carência de estacionamento e é preciso fazer estacionamento, há carência de vias rodoviárias é preciso fazer mais, há carência de vias ferroviárias, têm que se fazer, há necessidade de fazer a transição elétrica há que apostar nos carros elétricos e na mobilidade elétrica, tudo isto é feito hoje em dia e dada a disponibilidade da técnica e da tecnologia é feito em simultâneo, nada disto é incompatível uma coisa com a outra haverá uma tendência de

supremacia de um determinado modo de transporte, mas não é em simultâneo, as coisas não caem do céu, não é com um estalar de dedos que de repente os automóveis desaparecem. -----

-----Nós temos que cair no real, no caso concreto, no nosso programa eleitoral nós assumimos o compromisso de construir neste mandato dois mil lugares de estacionamento, como também assumimos compromissos na área da habitação, curiosamente em relação à habitação, estamos em vias de ultrapassar porque, neste momento, já temos compromissos mais ou menos firmados muito perto das mil e novecentas casas públicas.-----

-----Na última reunião que tive com a Ministra da Habitação a pedido do próprio Ministério, aliás, foi-nos solicitada dado que Oeiras trabalha bem e é esta a imagem que o Governo tem do Município de Oeiras em matéria de habitação e, portanto, foi-nos disponibilizada a possibilidade de fazermos mais seiscentas casas de habitação pública, já vão mil e novecentas, só faltam cem para as duas mil.-----

-----Eu estou convencido que a habitação e não estou a dizer nada de novo, já o digo há muitos anos, que a habitação é uma condição “sine qua non” da dignidade, do desenvolvimento, do crescimento integral das pessoas e das famílias, está na base da educação, da saúde, da cultura, de tudo, a habitação faz parte ainda do instinto quase de sobrevivência do homem, quando uma família não tem habitação não tem nada, nós temos de ter essa preocupação. -----

-----Está garantido e vai ser possível construir habitação pública em terrenos rústicos nas condições estabelecidas na lei, mas quero dizer que a nossa luta não vai parar aqui, além da construção em terrenos rústicos, justamente porque o planeamento deve ser um planeamento integrado, o ordenamento do território é dos aspetos mais importantes para o combate às alterações climáticas, porque a desordem, o crescimento anárquico, a construção de barracas, a possibilidade de proliferarem bairros de barracas novamente, isso é que é absolutamente favorável aquilo que deve ser contrário ao combate às alterações climáticas. -----

-----Não vamos parar e entendemos que nas áreas metropolitanas se deve criar condições



Câmara Municipal  
de Oeiras

para construir em terrenos de reserva agrícola, porque é preferível construir em terrenos da reserva agrícola, no contínuo urbano do que estar a construir, por exemplo, em terreno rústico numa zona isolada para onde é necessário levar, porque o terreno rústico e num território como é a Área Metropolitana de Lisboa, não quer dizer que seja aqui na continuidade de Cacilhas ou na continuidade de Porto Salvo, pode ser a dois ou três quilómetros numa zona isolada, é mais um aglomerado que surge, não se pode construir num terreno rústico, só porque é rústico. -----

----- Interessa construir num terreno rústico se ele fizer parte do contínuo urbano e se em vez de rústico for Reserva Agrícola é preferível construir nessa Reserva Agrícola, nós não vamos parar e garanto que dentro de três ou quatro anos vai ser possível construir em terrenos de reserva agrícola por uma razão, é a única forma de resolver o problema da habitação em Portugal. -----

----- Todo este fundamentalismo que existe à volta da proteção da natureza, esta visão absolutamente oposta ao antropocentrismo de há uns anos atrás, mais preocupação com a natureza, estamos todos de acordo, o que é preciso é compensar, por exemplo, nós já compensámos, a Serra de Carnaxide há trinta anos era nua, hoje está cheia de floresta. -----

----- Muitos terrenos que se dizem da Reserva Agrícola e que estão pura e simplesmente, abandonados, podem ser objeto de projetos de biodiversidade, de plantações diversas que sejam amigas dos insetos e dos animais, não há incompatibilidade entre uma coisa e outra. -----

----- Vejam bem o ridículo, o paradoxal que é assistirmos a manifestações de gente que não precisa de casa para nada, de meninos bem, perfeitamente identificados, a gritarem nas manifestações que querem mais habitação, mas ao mesmo tempo com cartazes pela defesa do ambiente e das alterações climáticas a dizerem que não se pode construir, queremos mais habitação, mas não são capazes de dizer onde é que se vai fazer ou então faça-se a habitação onde o terreno custa mil e trezentos, mil quatrocentos ou mil e quinhentos euros o metro quadrado, isto é demagogia pura. -----

----- As pessoas corajosas que existem neste País não podem deixar-se pressionar pelo

preconceito, pelo politicamente correto, por este consenso miserável, é preciso que a maioria das pessoas não deixem de se expressar contra este fundamentalismo que é contra o desenvolvimento do País. -----

-----Ora bem, o nosso programa eleitoral é claríssimo e nós vamos cumpri-lo, vamos continuar a fazer estradas, vamos continuar a fazer parques de estacionamento, vamos continuar a instalar ciclovias, vamos continuar a instalar carregadores elétricos, vamos continuar a fazer reflorestação e plantação de árvores, vamos continuar a fazer tudo ao mesmo tempo.-----

-----Portanto, coerência, o estacionamento está no topo da pirâmide, infelizmente, não está e eu gostava que estivesse, gostava de poder dizer que temos estacionamento para toda a gente. -----

-----Eu, às vezes, até tenho receio de passar na Avenida da República, em Algés, porque começo do princípio da Avenida até ao fim e as pessoas não me largam, porque todas me pedem mais estacionamento, é uma coisa extraordinária, em Linda-a-Velha, na Figueirinha, toda a gente me pede mais estacionamento, realmente há dois países, o país real que é aquele em que vivemos e depois há o país ideal que todos nós também aspiramos e depois há o país paralelo que é o daqueles que gritam, gritam, gritam, sobretudo para não se fazer nada. -----

-----Na verdade, quando dizem queremos mais casas, mas não dizem onde é que se vão fazer as casas, não querem casas, portanto, é esta a realidade em que vivemos. -----

-----A democracia tem esta grande virtude e é por isso que nós estamos aqui a discutir, isto que eu estou a dizer já o disse muitas vezes, falta de criatividade que eu tenho, corresponde exatamente ao oposto, a falta de criatividade do outro lado, de quem diz exatamente o contrário do que eu digo, a democracia é realmente isto, é nós podermos falar abertamente, livremente, dizer aquilo que pensamos.-----

-----Eu falei aqui no meu programa eleitoral, mas atenção, e a democracia tem essa virtude, muito do meu programa eleitoral bebe do programa eleitoral dos outros partidos



Câmara Municipal  
de Oeiras

políticos.-- -----

----- Os Vereadores, que não pertencem a esta maioria, mas que aceitaram pelouros ou mesmo os que não aceitaram pelouros quando apresentam propostas que correspondem aos seus programas eleitorais, mas que não são incompatíveis com as minhas propostas eu aceito-as e é daí que decorre a discussão e os consensos que devem ser estabelecidos em democracia. -----

----- No final, a maioria não é apenas a maioria constituída por quem votou no meu Movimento, é também por quem votou nos outros partidos políticos, pode-se fazer parte das perspetivas.” -----

----- A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu:-----

----- “Essa também é a democracia em que eu acredito, estamos completamente de acordo, mas eu tinha lançado aqui um repto e precisava dessa resposta antes de fazer a votação, que era a alteração da terminologia.” -----

----- Voltando o **Senhor Presidente**: -----

----- “Não há problema nenhum, essa terminologia pode ser alterada, em vez de ter autoridade ter operador ou responsabilidades nessa matéria, porque a autoridade nunca pode ser propriamente alienada, neste momento temos delegada a autoridade na Área Metropolitana de Lisboa e na Autoridade Metropolitana de Lisboa, mas, no momento em que estiver em curso o LIOS, o BRT, o SATUO, que haja aí um conjunto de investimentos que tornem difícil à Câmara Municipal, é por isso que são criadas empresas e se na Parques Tejo for criada uma estrutura capaz de acompanhar, digamos, todas estas transformações, a Câmara Municipal, nessa altura, pode delegar a autoridade da Câmara na Parques Tejo para, por sua vez, a exercer junto das diversas instituições parceiras, mas não é o caso que se está a fazer neste momento.” -----

----- Atalhando o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “Que não seja mais um problema partidário.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do

Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Teresa Bacelar, Nuno Neto, Carla Rocha e Susana Duarte, voto de abstenção da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, e voto contra da Senhora Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar o Plano Estratégico da Empresa Parques Tejo, Empresa Municipal, dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e seis. -----

-----Remeter à Assembleia Municipal para conhecimento.-----

-----Nos termos do Decreto-Lei número quarenta e quatro, de dois mil e cinco, de vinte e três de fevereiro, da Lei cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto e do artigo terceiro, do Decreto-Lei número cento e sete, de dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro.

-----Alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto e alíneas k) e rr), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, em conjugação com o estipulado na alínea a), do número dois, do artigo quarto, alínea d), do número um e alínea c), do número três, do artigo quinto, do Decreto-Lei número quarenta e quatro, de dois mil e cinco, de vinte e três de fevereiro, do artigo septuagésimo, do Código da Estrada, do artigo segundo, do Decreto-Lei número oitenta e um, de dois mil e seis, de vinte de abril e do artigo vigésimo sétimo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----

-----III - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** apresentou a seguinte declaração de voto: -----

-----“Na análise à proposta de deliberação oitocentos e sessenta e seis, de dois mil e vinte e três - “Plano Estratégico da Empresa Parques Tejo, E.M. dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e seis”, o Partido Socialista não pode deixar de referir que o Plano Estratégico que aqui se apresenta deveria estar ligado ao Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) e ao Plano de Acessibilidades (PA) de Oeiras, cuja consulta pública foi aprovada em reunião de Câmara realizada a vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, através da proposta de deliberação



Câmara Municipal  
de Oeiras

número mil duzentos e oito, de dois mil e vinte e dois, que teve o seu início a vinte e nove de maio e o seu término a seis de julho do presente ano de dois mil e vinte e três, conforme, aliás, é referido no documento que analisamos hoje da Parques Tejo, nomeadamente no ponto três ponto um - Contexto Externo - Orientações Municipais, onde se pode ler que “Na definição da estratégia de atuação da empresa municipal importa ter presente os objetivos operacionais definidos no âmbito do Plano de Mobilidade Sustentável do concelho de Oeiras”. -----

----- A estratégia para a mobilidade volta a ser referida, por exemplo, relativamente às medidas temáticas do plano de ação que refere que “A aposta no reforço da oferta deverá ser efetuada através da implementação das medidas previstas no PMUS de Oeiras: (i) criação de carreiras urbanas de proximidade nas principais aglomerações que liguem as populações a serviços de proximidade, articuladas com os horários de funcionamento das escolas e serviços públicos e; (ii) reforços de oferta fora dos períodos de maior procura (e.g. noturno e fins de semana)”.- -----

----- Consideramos corretas as referências e a articulação deste Plano Estratégico da Parques Tejo com o PMUS e o PA. No entanto, não tendo ainda sido produzido o relatório da consulta pública, e como tal não tendo sido analisada, por este executivo, a versão final dos referidos planos, entendemos que é prematuro analisar o Plano Estratégico da Empresa Parques Tejo para o triénio dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e seis. -----

----- Acresce a isto o facto de estar previsto no plano de ação do Eixo Um, como medida temática, “Constituir a Parques Tejo como Autoridade de Transportes”. -----

----- O Partido Socialista já se pronunciou várias vezes, nomeadamente em sede de Assembleia Municipal, contra esta esta matéria e tendo o senhor Presidente da Câmara afirmado, na Sessão Ordinária número dois, de dois mil e vinte e três, aquando da apreciação da proposta CMO número duzentos e setenta e quatro, de dois mil e vinte e três - Relatório do quarto trimestre de dois mil e vinte e dois da Parque Tejo, E.M.” que “no que diz respeito à questão da

Autoridade Municipal de Transportes: É óbvio que a Autoridade Municipal de Transportes é a Câmara. Mas como sabem, a própria Câmara Municipal de Oeiras delegou a sua autoridade na Área Metropolitana de Lisboa e, portanto, a Autoridade Metropolitana de Lisboa tem jurisdição em Oeiras. Nós estamos eventualmente a estudar com a Parques Tejo e, aí está, é uma questão de linguagem, o que estamos a procurar fazer não é que a Parques Tejo seja a autoridade de transportes porque quando muito ficaria amputada de competências fundamentais no que diz respeito ao transporte público. (...) Isso não significa, e é algo que estamos a estudar, que é o reforço das competências da Parques Tejo e ao mesmo tempo, nessas competências, não só ao nível dos transportes, por exemplo o SATUO, ao nível do projeto, da realização da obra, como ao nível do controlo, ao nível do relacionamento da empresa metropolitana de transportes, estando a Parques Tejo especializada nessa área, faz mais sentido que seja a Parques Tejo a acompanhar e a controlar do que propriamente a Câmara Municipal”.-----

-----Assim, entendemos que a expressão utilizada de “Autoridade dos Transportes” deverá ser alterada e substituída por uma expressão que não crie equívocos quanto ao papel da Parques Tejo e do Município nesta matéria. -----

-----Aduzidos os argumentos da análise, e tendo sido aceite a alteração da expressão “Autoridade dos Transportes”, o Partido Socialista vota em abstenção a proposta de deliberação oitocentos e sessenta e seis, de dois mil e vinte e três - Plano Estratégico da Empresa Parques Tejo, E.M. dois mil e vinte e três/dois mil e vinte e seis, ficando a aguardar as alterações à denominação e a submissão ao executivo do PMUS e PA.” -----

-----Após esta votação saiu definitivamente a **Senhora Vereadora Teresa Bacelar**. -----

**3 - PROPOSTA Nº. 867/23 - GCAJ - PARQUES TEJO, E.M. - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO NO DOMÍNIO DA ORGANIZAÇÃO, PLANEAMENTO, DESENVOLVIMENTO E ARTICULAÇÃO DAS REDES E LINHAS DO SERVIÇO PÚBLICO**



Câmara Municipal  
de Oeiras

**DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, NO QUE SE REFERE ESPECIFICAMENTE AO PROJETO SATUO:-----**

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** referiu:-----

----- “Nós estamos sempre interessados em fazer parte da solução e, por isso mesmo também estamos interessados em promover a utilização do transporte público pesado e a existência de canais dedicados para esses transportes. -----

----- Entre a linha de Cascais e de Sintra faz todo o sentido haver realmente transporte público pesado em canal dedicado e um equipamento ou uma infraestrutura como essa seria realmente uma mais-valia e muito importante para reduzir a dependência excessiva do automóvel particular, porque as pessoas também têm necessidade concreta de se deslocar de transporte público e uma das queixas que mais se ouve é precisamente a falta de oferta de transporte público, precisamente naquela zona dos parques empresariais e na ligação entre a linha de Cascais e a linha de Sintra. -----

----- Nós apoiamos este objetivo, o objetivo de fazer o transporte público entre as linhas, passando pelos parques empresariais, mas questionamos a insistência no SATUO.-----

----- É fundamental saber se esta insistência é mesmo só no nome SATUO, que é um nome quanto a nós, de má memória, ou se querem mesmo ressuscitar o morto e como é que se quer ressuscitar o morto. -----

----- Este esclarecimento para nós, de como é que se vai fazer o transporte público pesado em canal dedicado entre as linhas de Sintra e de Cascais, é importante perceber se a ideia é meramente reativar aquilo que lá está, em transporte aéreo, com aquelas carruagens que eram, todos nós devemos ter andado nelas, bastante pequenas e com muito pouca capacidade de transporte de número significativo de pessoas, ouse vamos ter um canal, mas ao nível do chão, portanto, no solo, agora a partir de Oeiras “Shopping”, ou se é para manter tudo aquilo em viaduto. --- -----

-----Para nós é fundamental termos, à partida, conhecimento do que é que se vai estudar, qual é o ponto de partida, se quer reativar aquilo, que foi uma ideia fracassada e que nunca devia ter sido inaugurado aquele primeiro troço, que foi realmente ruinoso, sem estar sequer assegurado o financiamento para as três fases previstas até ao Taguspark. -----

-----A Câmara na altura investiu no capital da empresa, gastou muito com o SATUO, o Senhor Presidente da Câmara está sempre a dizer que a Câmara não pôs um euro no SATUO, a Câmara realmente gastou com o SATUO e a Teixeira Duarte também, não é uma organização de caridade, portanto, também pôs dinheiro e, na realidade ganhou muito dinheiro também certamente em contrapartidas, portanto, para nós é fundamental perceber qual é que será agora o ponto de partida para este estudo que vem nesta proposta, primeiro com quinhentos mil euros para os estudos iniciais este ano e para o próximo cerca de oitocentos mil euros nesta fase de estudo. -----

-----O que é que se vai exatamente estudar?” -----

-----A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** referiu o seguinte: -----

-----“Relativamente a esta proposta que temos para análise do SATUO, obviamente que um instrumento destes de mobilidade com estas características, do ponto de vista daquilo que é o impacto nas alterações climáticas e daquilo que é o que se deseja do ponto de vista da sustentabilidade, tem uma série de benefícios, nomeadamente a nível da emissão de gases com efeito de estufa e, portanto, por princípio, é um bom instrumento de mobilidade e uma boa solução.-----

-----Relativamente ao SATUO, entendemos que temos exatamente a mesma questão que no plano anterior, portanto, enquanto não tivermos aqui a discussão e a aprovação daquilo que é a estratégia chapéu para a área da mobilidade entendemos que não devemos fechar aqui o nosso compromisso com o voto favorável e, portanto, relativamente a esta proposta iremos votar em abstenção, por este motivo.” -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- A **Senhora Vereadora Susana Duarte** observou o seguinte:-----

----- “O PSD, porque não nasceu hoje, já tem vários mandatos sobre o SATUO, sempre defendeu o projeto, aliás, na altura, fazíamos parte, não só do Executivo da Câmara, mas estávamos como força majoritária na Câmara e este foi sempre um projeto que o PSD idealizou no seu todo, como agora quem ler a proposta no seu todo compreende. -----

----- Não sendo de hoje, portanto, que o PSD defende transportes amigos do ambiente, a ligação a várias redes de transportes públicos e começar realmente a servir os Oeirenses através destas medidas com a utilização cada vez menor do transporte individual. -----

----- Aqui faz-nos sentido e vemos com muito bons olhos e no âmbito daquilo que falámos na proposta anterior, que a Parques Tejo tenha esta incumbência do projeto SATUO, é um projeto fundamental para a mobilidade em Oeiras e precisamos que a empresa de mobilidade em Oeiras se foque também neste projeto e consiga levá-lo a bom porto.-----

----- Ficamos assim expectantes com aquilo que vão ser depois os resultados apresentados deste projeto e daquilo que será apresentado em reunião de Câmara e que realmente venha a apresentar um futuro adiado há muitos anos para a mobilidade em Oeiras e possa agora vir a ser uma realidade, por isso, obviamente, votamos favoravelmente esta proposta.” -----

----- A **Senhora Vereadora Joana Baptista** observou o seguinte:-----

----- “Eu hoje só tenho motivos para estar satisfeita e motivada sobre aquilo que é o presente e o futuro, mas nós não nos podemos projetar no futuro sem perspetivarmos o passado e, de facto, não há más memórias, há boas memórias no que respeita em concreto ao SATUO, de facto, tivemos um transporte absolutamente disruptivo, inovador, que foi inaugurado, porventura, precocemente em dois mil e cinco, mas que foi de rasgo em contexto europeu, uma boa prática que o Presidente Isaltino trouxe de um outro país também igualmente no contexto europeu, a Dinamarca, mas que também viu num outro continente, na Austrália. -----

----- SATUO, pode-se chamar agora SATUO, mas também se pode chamar INOVAR.

Pode ser um futuro e a Vereadora Carla Castelo pode propor o nome INOVAR, porque, de facto, estamos a inovar, inovar naquilo que é um novo contexto e um novo sistema de mobilidade que efetivamente liga duas linhas, a linha de Cascais à linha de Sintra com a passagem por vários parques empresariais e é fundamental aumentarmos e reforçarmos o transporte coletivo, porque de facto, é uma queixa e uma queixa legítima de todos estes utentes, e também temos que voltar a um passado recente e esta preocupação era tão legítima que a Câmara Municipal através de administração direta colocou o “Valley Shuttle” a fazer a estação de Paço de Arcos, Quinta da Fonte, Lagoas Park ao Taguspark.-----

-----Nós introduzimos um sistema de transporte rodoviário para replicar aquilo que é o traçado SATUO, porque percebemos aquilo que era a preocupação legítima dos nossos utentes/clientes e ainda há pouco o Vice-Presidente estava a falar de “Aut Systems”.-----

-----Agora não é possível dizermos às pessoas deixem o transporte individual em casa, se não oferecermos e a Câmara Municipal percebeu que não conseguia operacionalizar o SATUO de um dia para o outro, porque é fundamental atualizar os estudos. -----

-----O que é que está agora em causa?-----

-----Neste momento, de forma concertada, politicamente e tecnicamente entre o Concelho de Oeiras e o Concelho de Sintra, atualizámos o estudo da procura e estamos neste momento a efetuar os estudos de inserção urbana, falta um outro estudo que eu não sei o nome, mas eu já vou passar a palavra, com permissão do Senhor Presidente, ao Presidente da Parques Tejo, que irá dar o nome em concreto do estudo que irá ser finalizado para que, no próximo ano iniciemos os projetos de Oeiras e Sintra, do SATUO ou do INOVAR seja como ele se chamar no futuro. --

-----Agora o que é certo e o que é fundamental e nós não podemos abdicar de um sistema de transporte que ligue estas duas linhas férreas e que ligue as várias localidades e os vários parques empresariais.-----

-----Também o nosso projeto que já estava firmado até ao Lagoas Park, nalgumas partes é



Câmara Municipal  
de Oeiras

viaduto conforme vocês podem ver entre a estação de Paço de Arcos e o “Shopping”, naturalmente, tem que passar em viaduto, pela A Cinco, é óbvio, ou passava em viaduto ou passava em túnel, não havia outra forma, há determinadas zonas que vai à superfície, aliás, já também o disse aqui que todos os projetos têm corredores dedicados, a Via Distribuidora Principal de Porto Salvo, tem um corredor dedicado para levar o SATUO entre o Hotel Lagoas Park até ao mercado, até Leião, a zona entre Leião e o Taguspark já temos dúvidas se vai à superfície ou se tem que ir novamente em viaduto, mas onde for possível ir à superfície, naturalmente que irá, até porque fica mais barato e nós não gastamos o erário público de forma gratuita, é óbvio, só vai em viaduto quando for absolutamente necessário e, portanto, é com muito agrado que nós, neste momento, temos esta grande responsabilidade, o Município e a Parques Tejo de concluirmos todos os estudos e todos os projetos para alavancarmos esta obra e reparem nós quando falamos de transportes, é sempre fundamental perceber nós não estamos a trabalhar para este mandato, nós estamos a trabalhar para o próximo mandato e no caso do Lios, se calhar daqui a dois mandatos e no caso do BRT, sempre, ou seja, nós não estamos a trabalhar para estes mandatos, ou para estes personagens políticos, nós estamos a trabalhar para as futuras gerações e é isso que é fundamental e é isso que é a missão e a causa pública.” -----

----- **O Senhor Presidente da Parques Tejo, Rui Rei disse o seguinte:**-----

----- “Sobre esta questão do SATUO, o sistema automático de transporte urbano, pode, de facto, parecer um lugar-comum, mas é tão problema o SATUO, como é o Metro do Sul do Tejo, é exatamente igual.-----

----- Quando dizemos que o SATUO não foi um projeto, que foi um sucesso, nós podemos dizer que o Metro do Sul do Tejo não foi um sucesso. Só podemos dizer que o Metro do Sul do Tejo não foi um sucesso. -----

----- O facto de não ter sido momentaneamente um sucesso, não quer dizer que não seja um bom projeto. O Metro do Sul do Tejo é um projeto importantíssimo só que está amputado da

área do Seixal e da área da Caparica, logo tem ali um problema de financiamento naquele projeto, o projeto que o Presidente da Câmara Isaltino idealizou e lhe chamou SATUO e que foi inaugurado, se não estou enganado em dois mil e quatro, é um projeto extraordinário, que teve alguns problemas, porque não foi prolongado. Esse foi o grande desafio de não prolongar o projeto, mas que não foi responsabilidade do Presidente da Câmara Isaltino Morais, mas é um projeto extraordinário, que se aplica aos dias de hoje, o nome, nem sequer o nome, seja um nome que não esteja adequado, nós hoje quando falamos de transportes, se forem perguntar à malta da moda, a malta da moda diz que o futuro dos transporte são autónomos e conectados, no fundo, era o SATUO. -----

-----O SATUO era um projeto autónomo e conectado já em dois mil e quatro, quando não se falava de transportes autónomos, ele já era. -----

-----Isto é só o enquadramento, porque não vale a pena nós, às vezes, agarrarmos e colocarmos carimbos nas coisas, não vale a pena, porque não é assim, porque o projeto tem valor, tanto que os estudos de procura que a Senhora Vereadora aqui levantou, atestam esse facto, atestam a viabilidade e a necessidade do projeto e dizem onde é que está a maior parte da procura, dizem onde é que tem que passar o projeto traçado, porque o grande ativo do SATUO é o traçado.-- -----

-----Mas o que está aqui em discussão hoje? -----

-----É só a passagem desta competência à Parques Tejo e a Parques Tejo, assumiu com a Câmara Municipal que lhe entrega os instrumentos que lhes foi pedido e uma boa parte deles até ao fim deste ano serão entregues, tal como aquilo que disse a Senhora Vereadora, a primeira parte do estudo traçado, que está basicamente concluído, mas depois tem que ser validado pela Câmara Municipal, porque nós somos um instrumento da Câmara Municipal e a Parques Tejo só faz sentido existir se servir a Câmara Municipal, se não servir a Câmara Municipal não faz sentido nenhum existir, é um mono e, portanto, termina-se com o mono. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- O SATUO, assumimos o estudo do traçado, que o entregaremos à Câmara Municipal para que a Câmara Municipal prossiga com o seu projeto e ao mesmo tempo, como disse a Senhora Vereadora, o estudo de inserção para se perceber como é que se compatibiliza o traçado com o território. -----

----- Na sexta-feira, teremos uma reunião, se não estou enganado, às onze e meia ou meio-dia e meia, porque primeiro é com a TML, se calhar até ao fim do ano ainda teremos mais novidades em relação à oferta de transportes, mas depois a seguir um detalhe da reunião do SATUO para se avaliar como é que está esta fase e o estudo de inserção, porque resumindo e concluindo o grande ativo que vai sair dali é o traçado, com algumas questões tecnológicas associadas, é certo, mas eu se quiser olhar lá para a frente e há pouco vinha na autoestrada, eu podia, em vez de vir no meu carro particular, ou no carro da Parques Tejo, poderia vir de Lisboa no autocarro que faz a ligação entre Lisboa e o parque empresarial do Taguspark e, por exemplo, esse veículo que vai na autoestrada, podia sair da autoestrada naquele viaduto que o Senhor Presidente de Câmara disse há vários anos à Brisa que pagaria para resolver o problema daquele nó e, portanto, o facto de se construir aquele viaduto não estamos a introduzir mais automóveis, estamos a permitir que um veículo, articulado ou não, que transporta cem/cento e cinquenta/duzentos cidadãos, municipais e não municipais, que vão trabalhar para o Taguspark possam sair da autoestrada, naquela via que a Câmara de Oeiras defende, que é uma via dedicada aos transportes públicos, mas imaginem que ainda nem fizeram essa via, ela sai e pode entrar diretamente nesse traçado, que se chama SATUO e que tem lá outros veículos, mas que esse próprio veículo chega, entra e faz o seu traçado até ao fim. Este é o grande o ativo, que nós teimamos em pôr emblemas, só para tentar dizer que está errado e, na realidade, se nós olharmos lá atrás, é uma visão extraordinária de dois mil e quatro para trás e podemos dizer que era mais à frente, não, de dois mil e quatro para trás, portanto, no tempo em que não havia articulação nenhuma de transportes, em que ninguém queria saber de coisa nenhuma, toda a gente

reclamava, mas os passes custavam mais de cento e vinte a duzentos euros para as pessoas irem para Lisboa, já Oeiras fazia, portanto, é algo perfeitamente atual que, depois de se começar a executar e chegar ao fim, será um salto qualitativo extraordinário para o Município de Oeiras e para o Município de Sintra, porque é uma ligação entre o Município de Oeiras e o Município de Sintra e, depois, se for um sucesso, existem Municípios ao lado que se podem vir a ligar de acordo com a estratégia que a Câmara Municipal venha a desenhar. -----

-----Nós acreditamos verdadeiramente neste projeto e acreditamos que este projeto será diferenciador e muito útil para os munícipes e não municípios. Uns que moram e outros que têm necessidade de ir trabalhar para Oeiras.” -----

-----A **Senhora Vereadora Carla Castelo** argumentou o seguinte:-----

-----“Muito obrigada Senhor Presidente da Parques Tejo pela sua explicação, mas na realidade continuo sem saber se o SATUO vai ser, porque o meu problema não é com o nome do SATUO, eu perguntei pelo nome para saber se a ideia era fazer algo totalmente diferente, mantendo o nome ou se era exatamente o mesmo projeto do início dos anos dois mil. -----

-----Oeiras, naquela altura, não tinha passe nenhum e o bilhete do SATUO era caríssimo, além disso, o SATUO levava muito poucas pessoas e é muito importante saber quantas pessoas é que vai levar o novo SATUO, porque o doutor Rui Rei falou no Metro Sul do Tejo, ora, eu fui utilizadora do Metro Sul do Tejo e só posso dizer que é um excelente meio de transporte, porque é, e é muito útil e não tem nada a ver com o SATUO, porque o Metro Sul do Tejo é um metro, é um elétrico com capacidade para levar/transportar muita gente de uma só vez, ao contrário do SATUO, que levava pouquíssimas pessoas. -----

-----Eu gostaria de perceber como é que o SATUO vai funcionar de forma a ter clientes, ou então temos de ter um transporte muito diferente daquele que era o SATUO em dois mil e quatro. Não tem nada a ver com aquilo que era o SATUO em dois mil e quatro, porque em dois mil e quatro ao contrário do que é a opinião do Senhor engenheiro e do Senhor Presidente, não



Câmara Municipal  
de Oeiras

parece mesmo que o SATUO tivesse sido um transporte de sucesso e basta ver reportagens que se encontram na Internet, da altura, falando com as pessoas, que ia meia dúzia de pessoas num transporte, realmente aquele transporte foi uma ruína, fracassou, foi um projeto fracassado, teria sido excelente se tivesse sido logo o Metro Sul do Tejo, neste caso, o Metro de Oeiras/Sintra em vez de ser o SATUO, uma ideia megalómana vista lá fora, importada para o Concelho de Oeiras, pelo Senhor Presidente. -----

----- Eu gostaria de perceber, afinal, de onde é que vamos partir e se vamos fazer novamente o SATUO, aquela carruagenzinha pequena, para meia dúzia de pessoas de cada vez ou se queremos realmente o Metro Sul do Tejo, mal comparando aqui entre Oeiras e Sintra.”-----

----- O **Senhor Presidente** opinou o seguinte: -----

----- “Há quem tenha uma perspetiva seletiva daquilo que se diz aqui na Câmara -----

----- Todas as respostas que a Senhora Vereador pretendia com as perguntas que acabou de fazer, já foram dadas nestas reuniões de Câmara dezenas de vezes e é preciso estar mais atento àquilo que se diz aqui. -----

----- Eu garanto-lhe que encontro várias atas aqui da Câmara onde estão respondidas todas as perguntas que colocou. -----

----- A insistência relativamente a algumas questões, a insistência no SATUO, que é algo de má memória, eu até compreendo e eu aceito perfeitamente que a inveja, a dor de cotovelo das pessoas, aquela coisa de não ter sido eles a ter a ideia, é extraordinário, mas, na verdade, o SATUO foi um projeto absolutamente inovador em Portugal na época em que isso surgiu. -----

----- Não era para ser de Paço de Arcos ao Cacém ou ao Taguspark, curiosamente, apareceu da estação de Algés à Pontinha. Era para aí que estava vocacionado justamente por haver zonas, onde é difícil criar um lugar em sítio próprio sem criar problemas e constrangimentos nos arruamentos, nas avenidas e, portanto, sendo uma via dedicada, mas aérea, suportada em pilares, não perturbava a circulação ao nível dos arruamentos, por onde passava e

realmente foi uma inspiração de um mono rail que eu vi em Sydney, na Austrália, que até passava, devidamente planeado, por dentro de prédios, era um mono rail, que era um comboio na realidade e que passava por dentro dos prédios e as estações eram nos próprios prédios. -----

-----Eu tive a oportunidade de o visitar, fiquei entusiasmado e achei que era uma excelente ideia para Portugal, para Oeiras e, assim se pensou, procurei lançar a ideia Algés/Pontinha. -----

-----Como é que nasceu de Paço de Arcos para o Cacém? -----

-----Porque nessa altura, estava-se a planear também a Quinta da Fonte e o Lagoas Park e nas conversas que normalmente se tem ao nível do planeamento, com os promotores desses parques empresariais, houve um deles, designadamente a Teixeira Duarte, que ao ter conhecimento desta ideia da Câmara em fazer um transporte dedicado, um mono rail de Algés para a Pontinha, sugeriu, por que não aqui nesta zona, porque estava a nascer o Taguspark, o Taguspark foi inaugurado em mil novecentos e noventa e cinco e o Lagoas Park é contemporâneo também e surgiu então esta disponibilidade da Teixeira Duarte, realizar este projeto até ao Lagoas Park. -----

-----Eu devo dizer que me causa sempre uma grande confusão, quando as pessoas levantam logo fantasmas quando o Presidente da Câmara diz que a Câmara de Oeiras não investiu um euro no SATUO. -----

-----Custou-lhes muito, andaram a mentir durante muito tempo. Durante a última campanha eleitoral então mentiam com um descaramento extraordinário, dizendo que a Câmara tinha investido milhões no SATUO, mas depois viram que não podiam ir contra isso, porque a realidade é como é e a Câmara nunca meteu lá um euro, mas vêm dizer agora, que a Teixeira Duarte ganhou dinheiro em contrapartidas. -----

-----Bom, mais uma vez se fala de cor e com alguma irresponsabilidade. -----

-----Quais foram as contrapartidas que a Teixeira Duarte teve? -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- A Teixeira Duarte não teve nenhuma contrapartida, a Teixeira Duarte disponibilizou-se para fazer aquela obra considerando que tinha aquele grande empreendimento no Lagoas Park.

----- GANHOU DINHEIRO?-----

----- Claro que ganhou e ganhou como?-----

----- Porque a expectativa de um parque empresarial que nasce numa zona que não era grandemente servida por transportes, aliás, teve que se fazer uma avenida nova para lá, que é a Avenida que vai do Largo Sérgio Vieira de Melo, a Avenida da Misericórdia de Oeiras, construída de novo para ter melhores acessos e depois o arranjo pelo lado da Ribeira da Laje e a rotunda debaixo da A Cinco, tivemos de criar novas acessibilidades naquela zona e, portanto, a expectativa de que ia haver um transporte público em sítio próprio, naturalmente que terá criado um ambiente de modernidade relativamente às empresas tecnológicas que procuraram instalar-se ali e aquilo que a Teixeira Duarte esperaria desenvolver em quinze ou vinte anos, resolveu em sete ou oito anos e resolveu tão bem que mesmo antes do SATUO ter chegado ali ao Oeiras Parque, já a Teixeira Duarte tinha vendido ou tinha arrendado todo o Lagoas Park, afinal, conseguiu arrendar tudo sem ter o transporte público, portanto, houve aqui uma coincidência altamente favorável do ponto de vista da ocupação de imobiliário para escritórios. -----

----- Foi um período de grande pujança no Concelho e no País e, naturalmente que a Teixeira Duarte viu que, mesmo sem o transporte, conseguiu arrendar tudo.-----

----- Obviamente que depois começou-se a chegar atrás, como não havia nenhum compromisso firmado de o levar até ao Lagoas Park, chegaram ao Oeiras Parque, pararam e a partir daí, agora, só se houver financiamento público ou financiamento comunitário. -----

----- Não restam dúvidas, só o facto de se falar no SATUO, foi vantajoso para a Teixeira Duarte, portanto, se contrapartida teve, foi essa de gerir bem a expectativa do ponto de vista do “marketing”, a expectativa de que chegava lá, portanto, não houve qualquer contrapartida, esta coisa de vir para aqui dizer que teve contrapartidas, e que ganhou dinheiro em contrapartidas, não

sei quais são, se a Senhora Vereadora souber, eu também gostava de saber. -----

-----A obra começou, em dois mil e quatro foi inaugurada e em dois mil e cinco há eleições. --- -----

-----Em dois mil e seis/dois mil e sete já eu estava aqui como Presidente da Câmara e sou chamado ao Ministro das Obras Públicas que, na altura era o engenheiro Mário Lino que me chamou ao seu gabinete e apresenta um dossier e diz-me: “Tenho o dossier do SATU em Oeiras e a Câmara Municipal de Oeiras, não sei porquê, recusa-se a apresentar uma candidatura. -----

-----Já falámos com a Presidente da Câmara, [era Presidente da Câmara, na altura, a doutora Teresa Zambujo, que saiu de Presidente, como sabem, em dois mil e cinco], e falámos com a Teixeira Duarte, eles estão disponíveis, quem tem que apresentar a candidatura é a empresa SATUO, mas a Câmara, estranho, não deu andamento a esta candidatura.” -----

-----E eu disse se não deu andamento a partir de agora, a Câmara Municipal de Oeiras vai dar andamento à candidatura. -----

-----Foram dadas orientações à empresa e a empresa apresentou a candidatura e, na altura, o Ministro das Obras Públicas, disse-me: ”Nós temos aqui cinco milhões de euros para este equipamento, não é suficiente, mas dá para vocês arrancarem com a fase do Oeiras Parque ao Lagoas Park e como vai haver um novo quadro comunitário, este é um projeto estruturante, será considerado e haverá financiamento comunitário para o mesmo.” -----

-----Acontece que passados quinze dias desta conversa, o Governo do Sócrates cai e com ele o Ministro Mário Lino e a candidatura do SATUO.-----

-----Entra o Governo da TROIKA, o doutor Passos Coelho, nessa altura como a empresa dava prejuízo, três anos seguidos, como é que havia de dar lucro?-----

-----Era como se fosse uma ponte de Algés à Trafaria, ficava à beira do Tejo, naturalmente que enquanto não chegasse ao outro lado não tinha movimento. -----

-----Era o mesmo com o SATUO, o SATUO, no mínimo devia chegar ao Taguspark



Câmara Municipal  
de Oeiras

onde, de acordo com o estudo económico atingia o “breakeven”, estava previsto que fosse ao Cacém, parou ali no Oeiras Parque. Eu sempre fui contra a inauguração dessa fase, mas quiseram inaugurar, o certo é que a TROIKA e o Governo do doutor Passos Coelho determinaram o encerramento da empresa em vez de dizer que iam financiar e concluí-lo, parou. -----

----- Curiosamente, uns temos depois disseram-me que tinha sido uma pena o que estava errado era a saída do SATUO, em vez de sair de Paço de Arcos, devia sair de Carcavelos, se saísse de Carcavelos na direção ao Cacém já estava feito. -----

----- Portanto, há aqui muitas questões políticas. -----

----- Este projeto, à semelhança de outros, felizmente poucos, teve algum azar no tempo em que nasceu, nasceu antes do tempo. É indiscutível que hoje em dia, sobretudo aqueles mais fanáticos do clima, não podem estar contra este processo, porque tem todas as condições para beneficiar do apoio de toda a gente que defende o combate às alterações climáticas e a redução das emissões, é indiscutível, não há argumento contra um projeto destes, mas nasceu antes do tempo, e como nasceu antes do tempo, para alguns é de má memória. -----

----- Na verdade eu só tenho boas memórias deste projeto e os cidadãos de Oeiras também, os cidadãos estavam encantados com a realização do projeto, de tal forma que ainda hoje questionam quando fica pronto, e se a Câmara desistiu do projeto, a expectativa no Concelho é que realmente ele continue e, portanto, quer isto dizer que não é uma insistência neste transporte, não é uma insistência caprichosa, é realmente o reconhecimento da necessidade, aliás, hoje ainda maior, porque aumentou e ficou completa a densidade populacional da zona de Porto Salvo, o Taguspark está praticamente cheio, a Quinta da Fonte, todos esses parques empresariais que, de alguma forma justificaram o estudo deste modo de transporte para aquela zona, hoje ainda o justificam mais. -----

----- Por outro lado, também tudo o que está a acontecer no lado de Sintra, mesmo a própria habitação desde São Marcos, que atingiu aquela densidade que todos conhecem, e o

desenvolvimento muito mais baixo, mas gradual do antigo Cabanas Golf, portanto, toda aquela zona realmente justifica este transporte.-----

-----No que diz respeito às questões de que tipo de transporte vai ser agora. Eu já disse aqui muitas vezes, é claro que se se está agora a terminar o estudo pela Parques Tejo, o estudo irá determinar, exatamente como é, mas, já foi dito aqui várias vezes que não será o SATUO tal qual o conhecemos, o conceito do sistema automático de transporte urbano, até pode ser mesmo um sistema de transporte urbano, não se sabe, agora não será este modelo, não é este modelo que está, até por uma razão, foi descontinuado, portanto, foi descontinuado, não tem condições de lhe dar continuidade, segundo, naturalmente, que foi concebido na altura para um determinado número e densidade de passageiros com tempos determinados até chegar ao Oeiras Parque, até chegar ao Lagoas Park e ao Taguspark que, naturalmente fossem compensadores para que as pessoas não utilizassem o transporte individual.-----

-----Na altura não havia, como hoje, dos estudos preliminares que já foram feitos já sabe que existem autocarros bidirecionais, autocarros elétricos bidirecionais e eu estou a dizer isto aqui, pelo menos, pela vigésima vez, que um dos aspetos que se estava a estudar, na altura, com o engenheiro Jorge Jacob, quando era o Diretor Municipal aqui na Câmara, tinha a ver exatamente com esta nova situação decorrente do facto de haver agora autocarros direcionais que já não justificava a necessidade de cada vez que se fazia uma estação, criar uma rotunda à saída para o autocarro sair da via dedicada, entrar na rotunda, dar a volta para virar, se for bidirecional não é preciso, vai num sítio vem no outro, tem volante à frente e na traseira, ou seja, não tem frente nem traseira, tem duas frentes, isto já existe.-----

-----Que é curioso, porque quando o engenheiro Jorge Jacob me falou pela primeira vez disse que só havia uma empresa e eu disse que não era problema nenhum, ainda bem, porque assim faz-se um ajuste direto por critérios materiais, não há mais nenhum, não há concorrentes, portanto, ainda é mais rápido fazer a aquisição dos autocarros, mas o engenheiro Jorge Jacob



Câmara Municipal  
de Oeiras

respondeu que para uma coisa destas aparece mais três ou quatro, logo que descoberta a tecnologia vão aparecer vários e, provavelmente, é o que está a acontecer. -----

----- Do estudo que está a ser elaborado, vai ser sempre aéreo? -----

----- Não, nem nunca esteve previsto que fosse sempre aéreo, é via dedicada, mas pode haver circunstâncias em que a via passa ao nível do solo, não vai ter barreiras, portanto, é isso que distingue por ser via dedicada, não haver barreiras pode haver sítios onde vai aéreo, noutros sítios vai colado ao solo. -----

----- Por outro lado, ao nível de passageiros é claro que vai ter mais passageiros do que tinham as carruagens anteriores, qualquer autocarro tem mais capacidade do tinham aquelas carruagens, portanto, é indiscutível que as carruagens que este meio de transporte vai ter, serão aquelas que, do ponto de vista técnico, por um lado, e do ponto de vista da necessidade de satisfazer o fluxo de passageiros que vai servir, obriga a ter, assim como a densidade, pode de cinco em cinco minutos passar no Taguspark, ou de dez em dez minutos, vai depender do estudo de procura que vai ser feito e depois na implementação da solução. -----

----- Obviamente que vai ter mais capacidade para mais passageiros. -----

----- Não é o mesmo sistema, poderá haver sistema de autocarros elétricos, não é um sistema de metro ligeiro, não é esse sistema, é um sistema mais leve, mais ligeiro, mais barato, enquanto que o de Algés para Amadora parece justificar-se um sistema de BRD, que pode configurar uma espécie de metro ligeiro, neste caso, será um sistema mais ligeiro, mais leve, mas que comportará, com certeza, muitos mais passageiros do que as carruagens do SATUO determinavam. -----

----- Mas seja como for o estudo é que vai determinar isto. -----

----- Não tem qualquer relevância a designação de SATUO. -----

----- Aliás, vejam bem o peso da marca. É curioso, desvaloriza-se, mas tudo fala no SATUO. Em todo o País se conhece o SATUO. O SATUO é uma marca, de facto, pode não

corresponder nada ao transporte que lá vai estar, mas não sei se valerá a pena mudá-la, logo se vê, não tenho nenhum problema em relação ao nome ou à marca, o que importa é que a determinação da Câmara é que se faça e é isso que estamos aqui a decidir, é que realmente este eixo de Paço de Arcos ao Cacém, que vai ser indiscutivelmente um dos eixos de desenvolvimento empresarial, tecnológico, mais importantes do País. -----

-----Há dias o Senhor Primeiro Ministro, eu sei que isto custa, às vezes, a ouvir, deu uma entrevista, eu, por acaso, gostei da entrevista, sobretudo, porque falou de Oeiras, só falou de Lisboa e de Oeiras, não falou de mais Município nenhum, e falou de Oeiras por causa da Ciência de Oeiras, dos doutoramentos em Oeiras. -----

-----Não sei se estão a ver.-----

-----O SATUO não é um projeto fracassado, ou se fracassou não foi por vontade política, se não foi para a frente, foi porque houve gente com pouca visão que, num determinado momento, entendeu fechar a empresa não medindo, nem avaliando as vantagens e os inconvenientes que a coisa tinha, digamos que por razões meramente financeiras disse: “Feche-se a empresa” e a empresa acabou e, provavelmente, se não estivéssemos aqui, se estivessem outros, o mais provável é que ninguém falasse no SATUO, mas pronto, ainda bem que estamos aqui e que é esta equipa que vai determinar a continuidade deste projeto.”-----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Susana Duarte e abstenção das Senhoras Vereadoras Ana Filipa Laborinho e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a delegação na Parques Tejo, Empresa Municipal, da competência do Município, de “organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, bem como dos equipamentos e infraestruturas a ele dedicados”, no que se refere especificamente ao projeto SATUO (Sistema Automático de



Câmara Municipal  
de Oeiras

Transporte Urbano de Oeiras). -----  
----- A celebração de contrato-programa com a “Parques Tejo, Empresa Municipal” e a atribuição de um subsídio à exploração, no valor de quinhentos mil euros, distribuído em cento e cinquenta mil euros, no presente ano de dois mil e vinte e três, atendendo ao período do ano que nos encontramos e as atividades que se pretendem que a Parques Tejo desenvolva ainda este ano e em trezentos e cinquenta mil euros, no ano de dois mil e vinte e quatro.-----  
----- A minuta de contrato-programa, bem como o arquiteto Luís Baptista Fernandes, Diretor do Departamento de Ordenamento do Território e Planeamento Urbano, como gestor do mesmo.-----  
----- Submeter o contrato-programa à aprovação da Assembleia Municipal. -----  
----- Submeter o presente contrato-programa a visto prévio do Tribunal de Contas juntamente com o de atribuição de subsídio à exploração para regulação e fiscalização do estacionamento nas vias públicas e parques e zonas de estacionamento, bem como a instrução e decisão de procedimentos de contraordenações rodoviárias por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, nas vias e nos demais espaços públicos, quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso, desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e a cobrança de custas.-----  
----- Nos termos do número um, do artigo sexto, número dois, do artigo quarto, da Lei número cinquenta e dois, de dois mil e quinze, de nove de junho. -----  
----- Alínea a), do artigo quadragésimo quinto e artigo quadragésimo sétimo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto. -----  
----- Artigos quarto e quinto, dos Estatutos da “Parques Tejo, Empresa Municipal”. -----  
----- Alínea n), do número um, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

-----Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho.-----

-----Números um e dois, do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto.-----

-----Número um, do artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro.-----

-----III - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** apresentou a seguinte declaração de voto:-----

-----“Na análise à proposta de deliberação oitocentos e sessenta e sete, de dois mil e vinte e três - “Parques Tejo, E.M. - Delegação de competências, aprovação de contrato programa e atribuição de subsídio à exploração no domínio da organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, no que se refere especificamente ao projeto SATUO.” O Partido Socialista não pode deixar de referir, à semelhança da proposta anteriormente votada, que também esta deveria estar ligada ao Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS) e ao Plano de Acessibilidades (PA) de Oeiras, cuja consulta pública foi aprovada em reunião de câmara realizada a vinte e um de dezembro de dois mil e vinte e dois, através da proposta de deliberação número mil duzentos e oito, de dois mil e vinte e dois, que teve o seu início a vinte e nove de maio e o seu término a seis de julho do presente ano de dois mil e vinte e três.-----

-----Assim, embora o Partido Socialista reconheça o mérito e pertinência de uma proposta de transporte público com estas características, que têm um óbvio benefício a favor da sustentabilidade e das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE's), consideramos que a nossa análise e posicionamento ficará para o momento seguinte à discussão e aprovação em executivo da estratégia que se traduz no PMUS e PA do Município de Oeiras.-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Aduzidos os argumentos da análise, o Partido Socialista vota em abstenção a Proposta de Deliberação oitocentos e sessenta e sete, de dois mil e vinte e três - Parques Tejo, E.M. - Delegação de competências, aprovação de contrato programa e atribuição de subsídio à exploração no domínio da organização, planeamento, desenvolvimento e articulação das redes e linhas do serviço público de transporte de passageiros, no que se refere especificamente ao projeto SATUO.”-----

**4 - PROPOSTA Nº. 869/23 - GCAJ - PARQUES TEJO, E.M. - DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - APROVAÇÃO DE CONTRATO PROGRAMA E ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO NO DOMÍNIO DAS CONTRAORDENAÇÕES RODOVIÁRIAS:--**

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Passando a haver meios, e a ideia é essa, com a delegação de competências, a aprovação deste contrato-programa e a atribuição do subsídio à exploração no domínio das contraordenações, presumo, e agora é uma pergunta, será contratado pessoal, nomeadamente, para fazer a fiscalização?-----

----- Nós somos a favor desta delegação da fiscalização do cumprimento do estacionamento em áreas tarifadas sob a gestão da Parques Tejo, e temos mantido sempre essa coerência.- -----

----- É um procedimento em linha, aliás, com o que acontece noutros Municípios e parece-nos inevitável que uma empresa desta natureza tenha o controlo da gestão do estacionamento e que o exerça efetivamente.” -----

----- II - A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pela **Senhora Vereadora Joana Baptista**, aprovar a delegação na Parques Tejo, Empresa Municipal, das competências do Município, de regulação e

fiscalização do estacionamento nas vias públicas e parques e zonas de estacionamento, bem como a instrução e decisão de procedimentos de contraordenações rodoviárias por infrações leves relativas a estacionamento proibido, indevido ou abusivo nos parques ou zonas de estacionamento, nas vias e nos demais espaços públicos, quer dentro das localidades, quer fora das localidades, neste caso, desde que estejam sob jurisdição municipal, incluindo a aplicação de coimas e a cobrança de custas.-----

-----A delegação na Parques Tejo, Empresa Municipal, dos poderes de autoridade necessários ao exercício da competência delegada supra. -----

-----A celebração de contrato-programa com a “Parques Tejo, Empresa Municipal” e a atribuição de um subsídio à exploração, no valor de seiscentos e dez mil novecentos e dezasseis euros, divididos em trezentos e oito mil e cinquenta e seis euros, para o ano de dois mil e vinte e três e trezentos e dois mil oitocentos e sessenta euros, para o ano de dois mil e vinte e quatro. ----

-----A minuta de contrato-programa, bem como a engenheira Ana Cristina Infante, Assessora Técnica do Gabinete de Apoio à Vereação - GINOV - Vereação Joana Baptista, como gestora do mesmo. -----

-----Submeter o contrato-programa à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Submeter o contrato-programa a visto prévio do Tribunal de Contas juntamente com o de atribuição de subsídio à exploração para desenvolvimento e reativação do projeto SATUO (Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras).-----

-----Nos termos dos artigos segundo e terceiro, do Decreto-Lei número cento e sete, de dois mil e dezoito, de vinte e nove de novembro.-----

-----Artigo vigésimo sétimo, alínea a), do artigo quadragésimo quinto e artigo quadragésimo sétimo, da Lei número cinquenta, de dois mil e doze, de trinta e um de agosto.-----

-----Artigos quarto e quinto, dos Estatutos da “Parques Tejo, Empresa Municipal”.-----

-----Alínea n), do número um, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do



Câmara Municipal  
de Oeiras

artigo trigésimo terceiro, da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro.

----- Artigos quinto e nono, da Lei número oito, de dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro e artigo sétimo, do Decreto-Lei número cento e vinte e sete, de dois mil e doze, de vinte e um de junho. -----

----- Números um e dois, do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número noventa e oito, de noventa e sete, de vinte e seis de agosto. -----

----- Número um, do artigo ducentésimo nonagésimo-A, do Decreto-Lei número dezoito, de dois mil e oito, de vinte e nove de janeiro. -----

**5 - PROPOSTA Nº. 872/23 - DPOC - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RESPEITANTE AO ANO DE 2023 A LIQUIDAR EM 2024: -----**

----- I - A **Senhora Vereadora Carla Castelo** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu não percebo por que é que nesta proposta se diz nos pontos três e quatro, que “... é intenção do Município desencadear ...”. Ora, estamos a aprovar meras intenções ou estamos a aprovar algo que o Município vai fazer mesmo? -----

----- É que se não é algo que o Município vá fazer, a redação deverá ser outra e não esta questão que “... é intenção do Município desencadear ...”. -----

----- Na realidade, nós temos de potenciar as zonas já consolidadas e temos de ver medidas práticas de desincentivo à manutenção de casas abandonadas e não ocupadas, etc., o Município diz que tem intenção, então gostaria de ver no que é que isso se traduz na prática, na ação. -----

----- Na realidade, tem sido dito muitas vezes pelo Senhor Presidente da Câmara, primeiro que não há terrenos, depois vende os terrenos municipais onde podia fazer habitação, depois não há imóveis que se possam requalificar para habitação. -----

----- Nós apresentámos, este ano, uma proposta precisamente para fazermos o diagnóstico da situação e vermos quantos imóveis poderiam ser aproveitados para habitação, mas também foi

chumbada.- -----

-----O que me parece importante é não haver só esta intenção de desencadear. Vai haver realmente medidas postas em prática para desincentivar a manutenção de casas desocupadas e abandonadas?” -----

-----Seguidamente, interveio a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**:-----

-----“Nós concordamos com a proposta que aqui vem para o Imposto Municipal sobre Imóveis respeitante ao ano dois mil e vinte e três a liquidar em dois mil e vinte e quatro e, já agora, aproveitávamos para lembrar, relativamente aos imóveis devolutos, que o programa do Governo “Mais Habitação” tem algumas medidas que preveem e que podem ser tomadas pela Câmara Municipal, nomeadamente, para promover o arrendamento forçado de habitações devolutas, mas também a possibilidade de recorrer a linha de financiamento para obras coercivas conforme previsto no artigo quinquagésimo terceiro, da Lei cinquenta e nove, de dois mil e vinte e três, que aprova medidas no âmbito da habitação, que é conhecido como o programa “Mais Habitação”. -----

-----Oeiras tem sido um exemplo no aproveitamento deste programa e do financiamento, ainda hoje o Senhor Presidente voltou a reforçar esta nota e esta vontade de termos um programa de habitação que já vai englobar mais seiscentas casas do que o que estava inicialmente previsto, estando nós perto das duas mil, nesta área isto poderia complementar a oferta que o Município já está a trabalhar relativamente à disponibilidade de casas.” -----

-----Observou o **Senhor Presidente**: -----

-----“A proposta, realmente, é claríssima, no ponto quatro - Proposta, por isso, não tenho nenhum esclarecimento a dar sobre essa matéria.” -----

-----II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e abstenção da Senhora



Câmara Municipal  
de Oeiras

Vereadora Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a submissão à Assembleia Municipal para deliberação, nos termos do artigo vigésimo quinto, número um, alínea d) e artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc), da Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro e do artigo centésimo décimo segundo e centésimo décimo segundo-A, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis:-----

----- A manutenção da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em zero vírgula oito por cento para prédios rústicos e zero vírgula trinta por cento para os prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, do ano de dois mil e vinte e três, a liquidar em dois mil e vinte e quatro, conforme alíneas a) e c), do número um, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

----- A majoração em trinta por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no número oito, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis;-----

----- Majorar em triplo a taxa fixada de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos ou em ruínas há mais de um ano nos termos da alínea a), do número três, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI);-----

----- Para os prédios que se localizem em zonas de pressão urbanística como tal definidas em diploma próprio, em substituição da majoração prevista no número anterior é aplicado um agravamento à taxa, definida dos termos da alínea c), do número um, do artigo centésimo décimo segundo, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), conforme o número um, da presente proposta de deliberação, no decuplo para o próximo exercício, agravada em cada ano subsequente em vinte por cento, até ao máximo de vinte vezes, nos termos do número um, do

artigo centésimo décimo segundo-B, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). ---

-----No caso de se tratar de prédios urbanos ou frações autónomas, de habitação que não se encontrem arrendados para habitação ou afeto à habitação própria e permanente do sujeito passivo, o agravamento previsto no número anterior é aumentado em cinquenta por cento para sujeitos passivos singulares e cem por cento para pessoa coletiva, nos termos do número dois, do artigo centésimo décimo segundo-B, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI). ---

-----Nos termos da alínea e), do artigo quinto, do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais Aplicáveis a Impostos do Município de Oeiras aplicar uma redução de vinte por cento da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) aplicável aos prédios urbanos arrendados para habitação, desde que a renda mensal não ultrapasse os seguintes valores: -----

-----T Zero e T Um - quatrocentos euros; -----

-----T Dois - setecentos e cinquenta euros; -----

-----T Três - novecentos euros; -----

-----T Quatro e superior - mil e duzentos euros. -----

-----Comunicar à Autoridade Tributária e Aduaneira a deliberação da Assembleia Municipal, até trinta e um de dezembro, nos termos do número catorze, do artigo centésimo décimo segundo, do Decreto-Lei número duzentos e oitenta e sete, de dois mil e três, de doze de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei número quarenta e um, de dois mil e dezasseis, de um de agosto. -----

## **6 - PROPOSTA N.º 873/23 - DPOC - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2024:-----**

-----I - A **Senhora Vereadora Susana Duarte** fez a seguinte intervenção:-----

-----“O PSD, ao longo deste mandato, tem-se absterido nesta proposta, já com os anteriores Vereadores e é também em coerência com o que temos vindo a defender no âmbito nacional, relativamente à baixa do IRS, que sentimos que é uma necessidade. -----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Assistimos, até dois mil e vinte e um, a uma redução gradual que não afetou a receita do Município, ou seja, esta diminuição de participação variável do IRS não tem afetado significativamente a receita corrente do Município. -----

----- Deste modo, damos conta que, em dois mil e vinte e três, o cenário, como sabemos, agravou-se, estando as famílias portuguesas com uma enorme carga fiscal, com um quadro de inflação que se agudiza e situações que têm vindo a agravar a vida financeira das famílias. -----

----- Se em dois mil e vinte e três, em reunião de Câmara, achámos que era o momento ideal para devolver mais IRS aos munícipes, em dois mil e vinte e quatro não poderíamos dizer o contrário, aliás, achamos que é fundamental que tal aconteça, até porque, tendo em conta que o Município aumentou a receita em sede de IRS, entre dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e três, pelo que está na proposta, em cerca de um milhão de euros, parece-nos que se diminuirmos esta taxa de quatro ponto oito para quatro ponto cinco, o Município não perderia para dois mil e vinte e quatro, receita em relação a dois mil e vinte e dois. Perde em relação a dois mil e vinte e três, porque teve um aumento de receita, que era o que o PSD já previa que iria acontecer. -----

----- Havendo a hipótese de diminuir este imposto, caso não haja esta diminuição de imposto, achamos que só faz sentido o PSD abster-se, até pelo que tem defendido a nível nacional.”-----

----- Comentou o **Senhor Presidente**:-----

----- “Este é dos tais casos em que só por demagogia alguém pode votar contra.-----

----- Estes ditos cinco por cento do IRS, é preciso não esquecer, as pessoas têm que ter memória e não olvidarem a situação.-----

----- Este IRS foi aplicado, curiosamente foi uma inovação de um Governo Socialista, onde os Vereadores do PSD sempre estiveram contra em todo o lado, e o Partido Socialista fazia sempre questão que o IRS fosse reduzido ao máximo. -----

----- Na verdade, isto foi uma espécie de moeda de troca no tempo do engenheiro António

Guterres para a revisão da Lei das Finanças Locais, provocada precisamente por Municípios como Oeiras, Cascais, Lisboa, Loulé, porque estes Municípios tinham receitas próprias acima da média.-----

-----O que é que o Governo fez? -----

-----Na Lei das Finanças Locais veio plasmar que esses Municípios não tinham direito ao Fundo Geral Municipal.-----

-----Fizeram as contas e então compensaram com o que era o IRS na época, correspondente a cinco por cento. -----

-----Cinco por cento de IRS, em Oeiras, correspondia a trinta milhões de euros de Fundo Geral Municipal. Tiramos os trinta milhões de Fundo Geral Municipal e agora o Município aplica os cinco por cento. -----

-----Se reduzir dos cinco por cento já não recebe os trinta milhões, em último caso se, por razões sociais, por exemplo, reduzisse a zero deixava de receber os trinta milhões de euros e a Câmara Municipal, por via do rendimento que tem foi penalizada, por via desse rendimento o Governo, Administração Central, o Estado recebe milhões de IRC, recebe milhões de IVA e o Município de Oeiras, zero, não tem aí qualquer participação. -----

-----Portanto é demagogia pura estar aqui a fazer este exercício de baixar ou não baixar o IRS. Sempre foi dito aqui que essa baixa de zero vírgula dois ou zero vírgula três no IRS era uma questão meramente simbólica, mas para se dizer que sim senhor, temos uma atenção simbólica nisso, porque estar a prescindir desta verba é estarmos a dar dinheiro ou estarmos a dar razão a um Estado que só nos quer tirar dinheiro. -----

-----Eu compreendo que em Lisboa possam fazer o que entenderem porque têm mais de mil milhões de euros, só do IMT, como calculam, Lisboa tem uns trezentos milhões de euros, Cascais tem cento e trinta milhões de euros, nós temos cinquenta e quatro milhões de euros.-----

-----A verdade é que Oeiras, Cascais e Lisboa recebem zero do Orçamento de Estado, do



Câmara Municipal  
de Oeiras

Fundo Geral Municipal. Curiosamente, a Amadora, aqui ao lado, recebe trinta milhões e Sintra recebe quase quarenta milhões de euros. -----

----- Este IRS não é para os Municípios retirarem, dispensarem ou isentarem os cidadãos, é a contrapartida da retirada do Fundo Geral Municipal, razão pela qual não faz sentido virmos dizer que vai agravar a vida financeira das famílias, se há problemas nas famílias, quem tem que fazer essa isenção é o Estado, a Administração Central e não as Câmaras Municipais. É tão simples como isso.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho e abstenção das Senhoras Vereadoras Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a taxa de quatro vírgula sete por cento na participação do Município de Oeiras, no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no Concelho de Oeiras, aplicada aos rendimentos de dois mil e vinte e três, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções, configurando receita municipal em dois mil e vinte e quatro.-----

----- Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, artigo vigésimo sexto. -----

----- Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, artigo vigésimo quinto, número um, alínea c) e artigo trigésimo terceiro, número um, alínea ccc). -----

----- Código do Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Singulares, número um, do artigo septuagésimo oitavo. -----

**7 - PROPOSTA N.º 874/23 - DPOC - LANÇAMENTO DE DERRAMA RELATIVA AO ANO DE 2023 A SER COBRADA EM 2024:** -----

-----I - A **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho** mencionou:-----

-----“O Partido Socialista tem defendido a baixa de todos os impostos e em relação à Derrama não é exceção.-----

-----Aquilo que nós entendemos que poderia ser uma política relativamente à Derrama, uma política ativa, era criar diferentes escalões que pudessem ir até à isenção, por exemplo, favorecendo empresas de tecnologia inovadora, sustentáveis do ponto de vista energético, bem como, recuperação de empresas afetadas pela pandemia, sei que já lá vai, mas algumas ainda sofrem as consequências deste período e ainda, eventualmente, a introdução de benefícios a empresas que apoiam o emprego a residentes em Oeiras, nesse sentido e porque é este o caminho em que acreditamos o Partido Socialista votará contra esta proposta de Derrama.”-----

-----A **Senhora Vereadora Susana Duarte** alegou:-----

-----“Apesar do Partido Socialista dizer que tem aqui um propósito de baixar todos os impostos, não falou na proposta anterior, se calhar enganou-se, mas ficamos aqui com a boa nota que tem essa ambição.-----

-----O PSD vê com alguma preocupação, embora perceba que o Município não se pode comparar no que conta à Derrama com Cascais, que tem uma Derrama inferior, também não nos podemos comparar com Lisboa, porque aqui o valor da Derrama, apesar da percentagem ser inferior, o valor é muito superior.-----

-----Compreendo que há uma necessidade do Município de equilíbrio de contas, se por um lado, eu percebo que o Senhor Presidente tenha dificuldade em me apoiar na proposta anterior, eu acho mais fácil apoiar na proposta anterior de entrega de rendimento às famílias, porque é, neste momento, quem paga mais impostos em Portugal.”-----

-----Atalhando a **Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho**:-----

-----“Só para dar aqui uma nota, se calhar, a Vereadora Susana Duarte está distraída, é que no IRS efetivamente houve uma baixa, este ano mantém a baixa que já existia, mas esta



Câmara Municipal  
de Oeiras

aumenta, era só para dar essa nota.”-----

----- O **Senhor Vice-Presidente** explicou: -----

----- “Explicar que nós tivemos que pôr em regulamento, porque de outra forma a Autoridade Tributária não aceitava, porque a parametrização do sistema informático da Autoridade Tributária não aceitava isenções ou reduções de Derrama que não constassem em regulamentos municipais, portanto, constam em regulamento para ficar devidamente estabelecido. -----

----- Depois, não consigo deixar de dizer aqui uma nota de humor, de apreciar a discussão entre quem aprovou o brutal aumento de impostos representado aqui por uma Vereadora do Partido Social Democrata e quem tem a carga fiscal mais alta da história da democracia portuguesa, depois virem pedir que seja o Município de Oeiras a dar pela janela o que tiram a todos pela porta de entrada, não é possível. -----

----- O Senhor Presidente tentou explicar há pouco, parece que não foi muito bem-sucedido, que os Municípios como Lisboa, Oeiras e Cascais, a esses Municípios foi retirado o Fundo Geral Municipal, agora passados vinte e cinco anos vêm pedir a esses Municípios que abdicuem dos recursos que foram dados depois de ter sido retirado o Fundo Geral Municipal. ----

----- Não é possível retirarem as verbas ao Município depois dizer, olhe agora com a substituição abdicuem delas também, o Município já faz muito com a redução do IMI. -----

----- A redução do IMI no caso dos Senhores Vereadores não terem olhado com atenção para a proposta, porque está na proposta, a redução do IMI é uma quebra violentíssima na capacidade de recolher receitas por ano por parte do Município.”-----

----- Dizendo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Dezasseis milhões de euros.” -----

----- Voltando o **Senhor Vice-Presidente**:-----

----- “No tempo do mandato são sessenta e quatro milhões de euros, só com o IMI em

quatro anos estava praticamente pago o novo edifício do Município, é isso que o Município está a abdicar e a devolver às ditas famílias de que se fala muito, mas depois no concreto pede-se que sejam só os Municípios praticamente a suportar. -----

-----Além de que nós estamos num contexto de transferência de competências, cujo resultado financeiro sobre os Municípios ninguém conhece, pode-se dizer o que se quiser, mas não se sabe no final destas transferências todas o que vai resultar para o Município, do ponto de vista financeiro, porque não é transparente.-----

-----O impacto que nós ainda vamos absorver é tremendo, eu digo isto porque o Senhor Presidente falou há pouco do que aconteceu com o Fundo Geral Municipal e com o IRS, há uma relação, o Poder Central e o Poder Local são poderes concorrentes, mas tem que haver outro tipo de decência na relação entre os poderes concorrentes. -----

-----Não pode a Administração Central, permanentemente, pelo menos desde os últimos quinze a vinte anos, estar a retirar verbas aos Municípios, estar nos últimos anos a transferir competências, que depois os Municípios não sabem como é que vão suportar e isto não é apenas para Oeiras, eu falo enquanto Vice-Presidente da Câmara de Oeiras, mas quem fala com outros Presidentes de Câmara do País e perdoe-me Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, mas há muitos Presidentes de Câmara do Partido Socialista que estão perfeitamente alinhados com esta consciência que nós temos.-----

-----Nós não sabemos o impacto que isto vai ter nas contas dos Municípios, portanto, estarem a pedir aos Municípios, é como o Presidente diz, ou é demagogia ou então não se entende, para permanentemente estar a fazer sacrifícios de corte nos seus recursos e transferir para as famílias, quando quem deve fazer essa política social, isso é de estabilidade social, não o faz, contem-nos outra, os próximos anos não vão ser fáceis em termos de previsão financeira para os Municípios, portanto, não peçam aos munícipes para fazerem mais sacrifícios em nome de quem os deve fazer.”-----



Câmara Municipal  
de Oeiras

----- Argumentando o **Senhor Presidente**: -----

----- “A Câmara vai mesmo poupar dezasseis milhões de euros aos cidadãos, mas não os vai buscar a outro lado.-----

----- O Governo tem esse poder de teoricamente dizer que vai reduzir “x” por cento neste escalão, mas depois vai ao IVA e aumenta aqui ou ali, etc., põe de um lado e retira do outro e consegue sempre uma compensação.-----

----- Não é o nosso caso, o IMI que retiramos, os dezasseis milhões de euros, não temos hipótese de os ir buscar a outro imposto qualquer.-----

----- Depois o Partido Socialista anda sempre muito distraído e a Senhora Vereadora não se apercebe que há uma maneira da Derrama baixar, é o Governo baixar o IRC, se o Governo baixar o IRC, a Derrama baixa automaticamente, porque é que havemos de ser nós a baixar a Derrama se o Governo não baixa o IRC?-----

----- Basta que o IRC baixe, a faca e o queijo está sempre nas mãos do Governo, é indiscutível, este argumento não pega, faz parte da democracia, nem sempre os argumentos para se votar a favor ou contra têm uma base técnica, uma base sólida, uma base preconceituosa, a política é assim.”-----

----- Aludindo o **Senhor Vice-Presidente**: -----

----- “Interessava-nos talvez, fazer um estudo comparativo nos Municípios liderados pelo Partido Socialista na Área Metropolitana de Lisboa, da Derrama, a doutora Paula Saraiva e o doutor Bruno Mouco vão estar atentos a isso para vermos o pacote fiscal em todos o Municípios da AML.”-----

----- Concluindo o **Senhor Presidente**: -----

----- “Votam a favor em todo o lado.”-----

----- II - A Câmara deliberou, por maioria, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando

Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Carla Castelo, abstenção da Senhora Vereadora Susana Duarte e voto contra da Senhora Vereadora Ana Filipa Laborinho, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar a atualização da Derrama à taxa de um vírgula cinquenta por cento sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) gerado no Município de Oeiras, referente ao ano de dois mil e vinte e três. -----

-----Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Nos termos da Lei número setenta e três, de dois mil e treze, de três de setembro, no que respeita ao número dois e ao número três, do artigo décimo sexto, ao artigo décimo sétimo, ao número um, do artigo décimo oitavo e ao artigo vigésimo terceiro. -----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea d), do número um, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro.

**8 - PROPOSTA Nº. 875/23 - DPOC - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, com os votos a favor do Senhor Presidente, do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores Joana Baptista, Pedro Patacho, Armando Soares, Nuno Neto, Carla Rocha, Ana Filipa Laborinho, Susana Duarte e Carla Castelo, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Vice-Presidente**, aprovar o percentual de zero vírgula vinte e cinco por cento sobre a faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Concelho de Oeiras face à Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), a aplicar para o ano dois mil e vinte e quatro. -----

-----Submeter à aprovação da Assembleia Municipal. -----

-----Nos termos da Lei número cinco, de dois mil e quatro, de dez de fevereiro, por força do artigo centésimo sexto, número três, alíneas a) e b).-----

-----Lei número setenta e cinco, de dois mil e treze, de doze de setembro, alínea b), do



Câmara Municipal  
de Oeiras

número dois, do artigo vigésimo quinto e alínea ccc), do número um, do artigo trigésimo terceiro.

**9 - DECLARAÇÕES DE VOTO:**-----

----- O **Senhor Presidente** referiu o seguinte: -----

----- “Como a Senhora Vereadora Carla Castelo, envia por email, no final da discussão da ordem de trabalhos, as declarações de voto, iremos passar a ler as declarações de voto da Senhora Vereadora Carla Castelo: -----

----- **“PD nº. 866/2023 - DMOGAH - Plano Estratégico da Empresa Parques Tejo, E.M. 2023/2026** - A Parques Tejo continua a ser uma empresa que não consegue encontrar o seu espaço dentro do universo do município de Oeiras. A presente estratégia fundamenta-se em várias contradições com o que são políticas de mobilidade sustentável e torna óbvia a relação de dependência da Câmara, manifesta na execução das políticas do município através da celebração de contratos-programa. -----

----- A sua gestão oscila entre um discurso atual e alinhado com os municípios mais avançados em matéria de mobilidade e, as prioridades do Executivo municipal, demonstrativas das referidas contradições. -----

----- A primeira dessas contradições manifesta-se na prioridade dada ao estacionamento, sobretudo fomentando o aumento da oferta e não procurando verdadeiramente reverter o uso excessivo do automóvel. É à Parques Tejo que cabe encaixar os resultados das contradições do Município de Oeiras que, ainda recentemente, utilizou de forma abusiva o símbolo da Semana Europeia da Mobilidade para promover mais parques de estacionamento automóvel, sem retirar nenhuma viatura dos espaços públicos em redor, sem criar nem alargar passeios, e sem melhorar a qualidade do espaço público e a qualidade de vida dos munícipes, como se exige. Por isso, temos um modelo territorial que promove a utilização do automóvel particular, através da urbanização dispersa, longe das interfaces de transporte, que trabalha para o automóvel, gera mais pressão sobre as rodovias existentes e as muitas que se pretende construir ou expandir

(VLN, VLS, etc.) e o espaço público que depois, em teoria, cabe à Parques Tejo encaixar no seu primeiro pilar “Parques de Estacionamento”. É, portanto, uma contradição insanável e dispendiosa. -----

-----O Município de Oeiras, representado pelo seu presidente, tem promovido desde sempre o seu modelo territorial em torno do uso automóvel, de mais vias rápidas, sem ter em conta quaisquer princípios de sustentabilidade, ignorando os que procuram trazer boas práticas em crescimento noutros municípios da Europa. É relevante que a Revisão do «Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (RZEDL) do Município de Oeiras» (Proposta oitocentos e setenta/dois mil e vinte e três), aprovada na passada reunião, mantém medidas de incentivo ao uso do automóvel dentro do Concelho, oferecendo a possibilidade, por exemplo, de estacionamento em qualquer zona do concelho mediante um pagamento. Tal concorre para que a Parques Tejo, na sua estratégia, lamente partir desde logo de um ponto de situação pouco favorável na gestão do estacionamento. É criado pela política autárquica onde está inserida. -----

-----Este Plano Estratégico da Parques Tejo tenta disfarçar as referidas fragilidades, fazendo referência ao transporte público e a modelos de deslocação complementar, como transportes flexíveis e mobilidade suave. -----

-----Tais apostas “suaves” são meros paliativos perante a gravidade da situação criada por uma pirâmide de prioridades ao contrário, em que o uso do automóvel atinge níveis insustentáveis, a nível metropolitano e nacional. Nem o sistema de bicicletas partilhadas, cujo piloto recentemente instalado não funcionará como opção viável de mobilidade no dia-a-dia, tendo sido idealizado de forma linear e não em torno de uma área com a densidade entre postos de recolha e entrega que as boas práticas aconselham. A própria estratégia mostra que as bicicletas partilhadas de Oeiras são para cumprir uma “check-list” para que o Município pudesse dizer que tem, cumprindo com o mínimo dos mínimos: cinco postos e vinte bicicletas. Lê-se que “Numa primeira fase a rede deverá disponibilizar vinte bicicletas e cinco estações e cobrir a



Câmara Municipal  
de Oeiras

Ciclovia Empresarial, que estabelece a ligação entre a estação de Paço de Arcos e o Lagoas Park.” -----

----- Já no que respeita ao futuro, a ambição é ilimitada, ao estilo propagandístico a que o autarca nos habituou em Oeiras: “Numa segunda fase de expansão, a Parques Tejo deverá apostar no alargamento da rede cobrindo os principais polos geradores/attractores do concelho (i.e. equipamentos escolares, interfaces, locais de recreio e lazer, parques empresariais).” -----

----- Da mesma forma, o número de ciclovias em construção está claramente sobrevalorizado face à realidade, e Oeiras apresenta números quase residuais de utilização da bicicleta. Também os transportes flexíveis, ou “à chamada”, como os tuk-tuk elétricos recentemente experimentados, para ligar um parque de estacionamento a uma área de restauração localizada a meros trezentos metros de distância em Paço de Arcos, refletem um imediatismo que mais não é do que desperdício de recursos financeiros. -----

----- Sobre o transporte público, o Serviço da Transportes Metropolitana Lisboa, a Carris Metropolitana, ainda está longe de ter uma oferta ajustada às necessidades, com rotas demasiado longas, horários muito pouco convidativos e a ausência de prioridade ao transporte público em canal dedicado, que torna o autocarro refém dos engarrafamentos. A espera pelos autocarros e o congestionamento em pontos-chave do concelho são elementos dissuasores da sua utilização, a par da degradação da Linha de Cascais. -----

----- Aspetos como a micrologística são abordados de forma muito ligeira, sem que haja qualquer passo concreto nesse sentido, nem da Parques Tejo, nem por parte dos serviços, num tema crítico. Aliás, a própria estratégia da Parques Tejo não podia ser mais elucidativa do grau de comprometimento: Lê-se “equaciona-se a possibilidade de estudar e implementar uma experiência-piloto associada à criação de um centro de micrologística urbana”. -----

----- Sobre partilha de veículos, isso sim uma forma de libertar as famílias da aquisição de viaturas, nem uma palavra, algo que não é considerado no leque de possibilidades. -----

-----Na página cinquenta e um, o que parece o que poderia vir a ser uma política integrada de tarifário de mobilidade, englobando minutos de transporte público com minutos de estacionamento integrado e outros serviços de mobilidade, sobra uma frase pouco clara: “A Parques Tejo deverá dar apoio ao Município de Oeiras na definição de regimes tarifários a aplicar nos serviços de transporte público do município, bem como na elaboração e execução de instrumentos de planeamento que permitam definir as medidas a implementar, em articulação com as políticas de mobilidade e transportes do Município.” -----

-----Em suma, falta uma estratégia coerente com o desígnio de sustentabilidade para a mobilidade, porque não há uma política de desenvolvimento sustentável no Município.” -----

-----“**PD nº. 872/2023 - DMAG\DFP\DPOC - Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) respeitante ao ano de 2023 a liquidar em 2024** - A proposta não estava clara e tinha a expressão “é intenção do município desencadear”. Atente-se que o texto que estava na proposta que nos chegou era:-----

-----Três - No que se refere aos prédios urbanos devolutos ou em ruínas, é intenção do município desencadear os procedimentos e diligências necessários à aplicação da majoração prevista na alínea a), do número três, do artigo centésimo décimo seguindo, do CIMI; -----

-----Quatro - No que concerne às majorações previstas no artigo centésimo décimo seguindo-B do CIMI, com as alterações efetuadas pela Lei número cinquenta e seis/dois mil e vinte e três, de seis de outubro é intenção do Município desencadear os procedimentos e diligências necessárias para efetuar as majorações do referido artigo;-----

-----Ora, tendo sido alterado o texto torna-se mais claro.-----

-----Três - Majorar em triplo a taxa fixada de IMI, nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos ou em ruínas há mais de um ano nos termos da alínea a), do número três, do artigo centésimo décimo seguindo, do CIMI;-----

-----Quatro - Para os prédios que se localizem em zonas de pressão urbanística como tal



Câmara Municipal  
de Oeiras

definidas em diploma próprio, em substituição da majoração prevista no numero anterior é aplicado um agravamento à taxa, definida dos termos do alínea c), do número um, do artigo centésimo décimo seguindo, do CIMI, conforme o número um da presente proposta, no decuplo para o próximo exercício, agravada em cada ano subsequente em vinte por cento, até ao máximo de vinte vezes, nos termos do número um, do artigo centésimo décimo seguindo-B, do CIMI. ----

----- É realmente importante que seja desincentivada a manutenção de imóveis abandonados ou desocupados, havendo como sabemos a necessidade de acesso a habitação. -----

----- Não nos parece que o texto da proposta esteja claro sobre o que o Município irá fazer.”-----

**10 - ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:-----**

----- Às dezasseis horas e quinze minutos, o **Senhor Presidente** declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser por si assinada e pela Diretora de Departamento de Gestão Organizacional. -----

**O Presidente,**

(Isaltino Moraes)

**A Diretora de Departamento,**

Vera Lúcia da Rocha  
Ferreira de Carvalho de  
Ascensão / 500745943  
2023.11.20 18:54:29 Z

(Vera Carvalho)